



MUNICÍPIO DE POMBAL

Acta da SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 0006/AM/09, de 29-12-2009

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, o Senhor Presidente da Assembleia José Alves Grilo Gonçalves, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, José Rodrigues da Silva, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Andreia Sofia Pinheiro Marques, João Manuel Vieira Cordeiro, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição de Freitas Anastácio, Gabriela da Silva Santos, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Catarina Pascoal da Silva, Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, Armindo Lopes Carolino, Odete Marise dos Santos Alves, João Fernando Daniel Lopes Carolino, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Sandra Isabel dos Santos Ferreira, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Jaime Manuel Jesus Neves Trindade, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Mário Alberto Sintra Marques, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, José Maria Gonçalves Neves, António Manuel Cardoso Fernandes, Lara Prince Duarte, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Maria Helena Rodrigues de Assunção, Ilídio Manuel da Mota e Jorge Gameiro da Silva, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

- Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior;**
- Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;**
- Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade;**

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

- Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**
- Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros entre o Município e as Freguesias para o Quadriénio 2010-2013;**
- Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2010;**
- Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2010/2013;**
- Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2010;**
- Ponto 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre aumento de capital social da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Ld.ª;**
- Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contracção de empréstimo bancário para investimento, no montante de € 5.000.000,00.**

Presidiu à sessão o Senhor Dr. José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Alberto Ferreira da Silva como 1.º Secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores Dr. Diogo Mateus, Dr.ª Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.ª Paula Silva, Dr. Pedro Pimpão, Dr. Adelino Mendes e Dr. Carlos Lopes.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou que os Presidentes das Juntas de Freguesia de Carnide, da Guia, de Meirinhas e de S. Simão de Litém se fizeram substituir, de acordo com a legislação e regimento em vigor, pelos seguintes membros das Juntas:

- Carnide – Jaime Manuel Jesus Neves Trindade;
- Guia – Mário Alberto Sintra Marques
- Meirinhas – Lara Prince Duarte; e,
- S. Simão de Litém – Maria Helena Rodrigues de Assunção.

De seguida, informou que o Membro da Assembleia João André Varela Coelho havia solicitado a suspensão do seu mandato pelo período de 30 dias, colocando o pedido a votação, o qual foi aceite por unanimidade e por minuta.

Nesta altura informou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do Partido Socialista, **Pedro Miguel Serra Santos**, se encontrava na sala, chamando-o a ocupar, de imediato, o seu lugar.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

Eleitos pela lista do PSD – João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, que apresentou pedido de justificação para a sua falta e Sandra da Silva Palhais.

Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:

Ponto 1.1 - Leitura, discussão e votação da acta da sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que fosse dispensado da leitura da acta da sessão anterior, a qual foi distribuída previamente pelos Membros da Assembleia, colocando-a a discussão.

Não se verificando qualquer intervenção, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com quatro abstenções, por ausências na respectiva sessão.

Ponto 1.2 - Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais.

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou ter recebido um requerimento sobre a taxa de exploração dos inertes, remetido pelo Dr. Fernando Carolino, o qual foi despachado para o Departamento Administrativo, acrescentando que, logo que possível, ser-lhe-iam enviados os esclarecimentos.

Disse ter recebido, também, um outro pedido de esclarecimentos, do Dr. João Coelho, sobre zonamentos, o qual foi despachado pelo Sr. Presidente da Câmara para o Gabinete Jurídico, estando a aguardar resposta para a fazer chegar àquele membro da Assembleia.

Referiu ter em seu poder os boletins da Associação Nacional de Municípios que estão ao dispor de todos os membros, bem como vários cartões de boas festas extensivos à Assembleia.

Ponto 1.3 - Intervenções na generalidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito:

Odete Alves, cuja intervenção se segue:

“Irei fazer uma intervenção antes da ordem do dia, cumprindo uma das prerrogativas legais que permitem à Assembleia Municipal fiscalizar a actuação da Câmara, e é no âmbito desta prerrogativa que irei abordar o assunto do acesso à Urbanização de São Cristóvão.

É do conhecimento de toda a gente que existe um loteamento nesta Cidade, denominado Urbanização de São Cristóvão. Esta Urbanização teve início em 1992 e tem alvará de loteamento de 1993.

Desde o seu início que ficou pendente a questão do acesso à Urbanização, inicialmente o ónus deste acesso ficou sobre a Junta Autónoma de Estradas. A Junta Autónoma de Estradas, para esse efeito, elaborou uma série de estudos, os quais estão junto ao processo de loteamento, feitos por empresas especializadas, definiu uma série de procedimentos, contudo, a Junta Autónoma de Estradas nunca efectuou esses mesmos procedimentos, ou seja, nunca efectuou esse acesso.

A partir do momento em que a Junta Autónoma de Estradas foi extinta, em 1999, esse ónus passou para a Câmara, portanto, seria a Câmara que, a partir daí, deveria ter essa função de executar o acesso à Urbanização São Cristóvão.

Sucedem que ao longo deste tempo foram feitos inúmeros estudos, os quais também estão junto ao processo, inclusivamente um estudo mais recente que previa a execução de apenas um arruamento naquela urbanização, permitindo um maior alargamento do próprio acesso, o que vinha colmatar um problema existente no acesso provisório, que era estreito e tinha uma curva acentuada, mas eis que, neste momento, assistimos à execução de um acesso num traçado completamente diferente, diremos até que de forma aberrante porque não vem resolver as acessibilidades, antes pelo contrário, vem complicá-las ainda mais.

Por outro lado, aparece-nos uma empreitada que orça em cerca de € 310.000,00, que implica a construção de muros em betão para diversos proprietários os quais nem sequer tinham muros construídos, para um dos proprietários implica até a construção de um muro em blocos de pedra maciça calcária, com gradeamento em madeira maciça, de cerca de 160 ml com 1,5 m de altura, sendo que este proprietário tinha vedada a sua propriedade com uma rede metálica.

Assim, não podemos deixar passar esta oportunidade para interpelar directamente o Sr. Presidente da Câmara, aqui presente, para que responda a uma série de questões associadas a esta questão do acesso à Urbanização São Cristóvão.

Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara para que esclarecesse, em primeiro lugar, porque motivo é que foi alterado pela Câmara o traçado originário e até os traçados posteriores que estão junto ao processo de loteamento?

Gostaria que dissesse, nesta Assembleia, se entende que o traçado tal como está a ser executado neste momento, é o mais adequado para resolver a questão das acessibilidades à Urbanização São Cristóvão?

Gostaríamos também que o Sr., Presidente explicasse por que motivo não optou pela via da expropriação, o que iria implicar uma redução de cerca de um terço do valor global da empreitada, já que não teria de fazer muros em betão nem muros em pedra, porque os proprietários também não os tinham feito, tendo só de pagar a indemnização decorrente da expropriação do terreno propriamente dito?

Por que motivo vai a Câmara executar um muro em pedra maciça, para um dos proprietários que cedeu apenas 204 m2 da sua propriedade e, já agora, quanto é que vai custar ao erário público a construção ou a execução desse muro em pedra?”

Fernando Silva, cuja intervenção se segue:

“Chamo a atenção para que a Câmara, de uma vez por todas, veja o Largo Salgueiro Maia e o quanto é complicado circular naquele Largo e todo o acesso que vai até junto ao posto de abastecimento da REPSOL. Qualquer cidadão que circula naquela via, chega à Rua Professor Mota Pinto e encontra um STOP, cinquenta metros depois, encontra um STOP para entrar na IC8, mais cinquenta metros, um STOP para entrar IC2, portanto, penso que acerca de 15 anos se falou que ali iria ser feita obra para evitar que muitos condutores usem o entrar no sentido norte e depois façam inversão de marcha e virem para sul, com todo o perigo que isso traz.

A minha questão é se a Câmara tendo capacidade financeira para adquirir o espaço que está em ruínas de frente à estação da CP, consiga ali um espaço onde o trânsito possa circular, fazendo com que aquela estrada paralela à linha passe a ter duas vias de forma a evitar que todo o trânsito que se dirige para a estação da CP tenha de passar pelo Largo 25 de Abril, portanto, se aquela Rua passasse a ter duas vias, o trânsito que viesse do lado do posto de abastecimento da REPSOL não teria de vir pela Rua Professor Mota Pinto, Largo 25 de Abril e toda aquela confusão que se gera.

Há cerca de 15 anos esteve feito, ou pelo menos havia a ideia de que seria feito ali uma rotunda, na altura comparticipada pela Junta Autónoma, pela Shell e pela Câmara, mas isso terá ficado esquecido ou por outra razão essa obra ainda não está lá, portanto peço esclarecimentos sobre se, no mínimo, se isso era a ideia da altura.

Tenho um segundo ponto na questão da mobilidade e que é uma situação recente e passa-se com os autocarros de que a Câmara dispõe.

É certo que é um serviço novo, provavelmente a precisar de alguns ajustes e eu soube ontem que essa ideia está a ser tomada por quem tem que gerir os autocarros, de qualquer modo não queria deixar de falar porque há vários utentes que referem que há horas em que os autocarros circulam cheios, provavelmente de pessoas que não têm que cumprir com os custos e que impedem que pessoas que têm horários a cumprir possam usar esses mesmos autocarros. Parece que um ajuste de alguns horários e provavelmente rever a situação de quem paga e de quem não paga e pode ser que os cidadãos passem a usar melhor estas viaturas.

Na questão da mobilidade, um terceiro ponto que eu gostaria de abordar é aquilo que se prende com a deslocação pedestre na zona histórica, e aqui, Senhor Presidente de Câmara, confesso que não comungo esta ideia de construir numa zona fechada mais uma repartição pública.

Há 250 anos o Marquês já construiu ali a cadeia para chatear a alguém e eu não gostaria de me deslocar a uma zona onde é difícil o acesso quer de carro quer a pé.

Sugiro ao Senhor Presidente de Câmara que, se o orçamento dos anos futuros assim o permitir, se pense para esta terra não num Centro Comercial mas num Centro Fiscal, que poderia ser uma obra inédita se esta Câmara criasse um espaço fiscal que poderia ser envolvido por zonas verdes fazendo com que as pessoas minimizassem a “azia” de quando vão pagar impostos.

Por último, e porque também há coisas boas nesta terra, eu quero aqui deixar presente que foi decidida a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados para o Concelho.

A Santa Casa da Misericórdia candidatou-se, em boa hora viu esse sonho passar a escrito, é uma obra que vai criar cerca de 40 camas para doentes que precisam de cuidados continuados, portanto aqueles doentes que já não necessitarão de cuidado específico.

Sei que a Unidade de Cuidados Continuados custa muito dinheiro e, pelo que vi escrito da última reunião de Câmara, há disponibilidade para abraçar esta obra. Louvo a Câmara e felicito o Concelho por mais esta obra.

Termino desejando, para 2010, que o Concelho de Pombal se sinta todo bem.”

Leovigildo Fernandes, que fez a intervenção abaixo:

“A minha intervenção prende-se com uma preocupação que se arrasta há seis anos na Freguesia do Carriço. Nessa altura a Junta de Freguesia do Carriço foi confrontada com um pedido de ajuda que a REFER pretendia, no sentido de encerrar as passagens de nível.

Aquando da apresentação deste pedido de colaboração foi indicado, verbalmente, ao Executivo da Freguesia, que a REFER pretendia remodelar e melhorar as condições da Linha do Oeste e a Junta entendeu que seria de grande utilidade, não só para a Freguesia do Carriço mas para a Freguesia da Guia também, e que iria, com certeza, trazer uma mais-valia a todos os cidadãos que pudessem utilizar os transportes ferroviários da Beira Litoral até Lisboa.

Posteriormente a este pedido de colaboração, no ano transacto fomos convidados a participar numa reunião conjunta, em que foi novamente solicitada a colaboração não só das Juntas de Freguesia do Oeste, mas também da Câmara Municipal, com o propósito do encerramento das passagens de nível.

O que é certo é que após toda a apresentação do projecto não mais houve resposta até ao início deste mês em que fui novamente contactado por um representante da REFER, indicando que havia necessidade de fechar as passagens de nível mas que não iria haver reestruturação da Linha do Oeste.

Entendo que na verdade não existe uma preocupação responsável destes organismos, não se pode pedir colaboração com um determinado propósito e depois voltar atrás com a palavra.

Eu penso que a Linha do Oeste é fundamental para a Beira Litoral, é fundamental, no caso do Concelho de Pombal para as Freguesias do Oeste, e seria uma mais-valia para os cidadãos se puderem deslocar com segurança e a baixos custos.

Quando se contactam os organismos, no caso as autarquias, aparecem sempre propostas floreadas que depois se vem a constatar que não passam de interesse em ludibriar estas questões para que os órgãos colaborem e depois batam com a porta.

Aconteceu há 6 anos atrás quando encerraram quatro passagens de nível na Freguesia do Carriço, onde foi assumido um compromisso de construção de uma passagem inferior e o que é certo é que, até hoje, nem passagem inferior nem qualquer informação sobre o assunto.

Há aqui uma questão extremamente grave e eu acho que todos nós devemos unir esforços e exigir que os projectos, quando são apresentados seja com clareza, com verdade, com autenticidade e não com floreados que depois não têm um princípio ético de respeito de um compromisso assumido e assinado como o caso que aconteceu com a Freguesia do Carriço.

A Linha do Oeste poderia muito bem ser um complemento da Linha do Norte.

Entendo que quando se fala em alta velocidade, com certeza que as pessoas não percebem o seu significado.

Perspectivam-se milhões de euros para um TGV quando, se as infraestruturas que existem no nosso País fossem minimamente recuperadas dando-lhes condições de utilização, os investimentos seriam diminutos e as respostas aos cidadãos seriam superiores.

Alfa Pendular mal aproveitado, Linha do Norte com condições que poderiam ser melhoradas a baixo custo, Linha do Oeste sem condições mínimas de utilização, com o grande tráfego ferroviário que as duas empresas situadas no Concelho da Figueira da Foz, nomeadamente as celulosas, dinamizaram dando-lhe uma imagem diferente, faltando os investimentos fulcrais para que os cidadãos possam utilizar, também, o transporte ferroviário na Linha do Oeste.

O que me preocupa é esta falta de visão estratégica do nosso País.

Penso que os projectos, neste momento, são desenvolvidos por interesses de alguém, talvez de empresas que estão pendentes dos financiamentos dessas obras, e esquecem-se que o cidadão comum, o mais pequenino, é quem está a pagar a factura e não tem resposta às suas necessidades.

Solicito ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que façam chegar o descontentamento das Freguesias do Oeste, que deve ser do Concelho de Pombal porque é o Concelho que está a ser prejudicado, pela falta de princípios de respeito numa prestação de um serviço que os cidadãos necessitam.

Antes de terminar queria deixar votos de um bom ano 2010 a todos os presentes e que consigamos ultrapassar estas questões e que o próximo ano seja um ano glorioso para todo o Concelho de Pombal.”

Fernando Matias, cuja intervenção se transcreve:

“Trago hoje um assunto que já preocupa, há muitos anos, Almagreira e que é a Extensão de Saúde. Nós sabemos que soluções existem, porque da parte da ARS Centro nunca houve a vontade de a construir, mas qual o meu espanto quando, ultimamente, um dos Srs. Vereadores, o Dr. Adelino Mendes, veio defender para Almagreira a construção de raiz da Extensão de Saúde.

De facto, o projecto que existe e que em certa medida foi pago, custou € 6.000.00, porém, e para que se saiba, se Almagreira nunca teve a sua Extensão de Saúde não é porque não tenha necessidade é porque não há a intenção por parte da Administração Regional de Saúde do Centro de construir a dita extensão.

Se o Senhor Vereador quiser pode ir ao site da ARS Centro, em termos de reestruturação dos cuidados de saúde primários existem outras ideias, existem as chamadas USF's que respondem a outras necessidades e a outros critérios e inclusivamente falando ultimamente com a responsável, a directora executiva, da ACES Pinhal Litoral, actualmente os planos funcionais para os novos edifícios é para 5.000, 10.000 ou 15.000 utentes, ou seja, as novas infra-estruturas que se venham a construir, têm que responder a essas necessidades porque quando nós, e inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara, assegurou a construção da extensão de saúde de Almagreira o que foi pedido à ARS Centro que garantisse o quadro de pessoal, coisa que eles nunca fizeram.

Tive, ultimamente, uma reunião com a Sra. Presidente do Conselho Executivo e, de facto, a extensão de saúde está em muito más condições, vai-se requalificar aquele edifício, mas eles não querem muito mais porque inclusivamente não é esse o interesse, mas eu estarei ao seu lado para criar em Almagreira, um USF que sirva Almagreira e o Louriçal, ou porque não falarmos com os meus colegas de Redinha e da Pelariga para os convenceremos a centrar em Almagreira uma USF. De facto seria bom e Almagreira merecia, só o que não podemos é contornar a realidade e vir para a praça pública e responder provavelmente a algumas promessas que possamos ter feito em campanha. A realidade é esta. Se quer construir um edifício de raiz, o senhor até está bem posicionado, está no Governo, construa, venha gerir, porque eles vão querer essa USF e eu dar-lhe-ei todo o apoio mas o governo que a pague, não podemos é criar uma infraestrutura que sabemos que a ARS Centro não quer, porque se quisesse ela já existia há muito tempo.

Aliás, há mais uma questão que coloco, eu não sei por onde é que andou todo este tempo, porque já o Prof. José Silva quando esteve na Junta, fez um esforço enorme, inclusivamente foi à SIC, no sentido de encontrar uma solução para este problema premente, porque o é, agora não podemos é vir passados uns anos querer chamar de novo à terra uma realidade que já não é aquela, as necessidades, e digamos os projectos, para o futuro a médio e a longo prazo da ARS Centro são outros, aliás, propõem as USF's mas põem essa reestruturação sobre o dorso dos técnicos, porque não têm coragem politica para assumir, mas o Senhor Vereador, como politico, até está bem situado e eu estarei ao seu lado também como politico para defender essa USF para Almagreira, encontrando os parceiros, não podemos é vir para aqui com afirmações, como quem andou durante anos a tentar defender melhores condições para Almagreira, e dizer as coisas como se as pessoas não tivessem feito nada, aliás, nós estivemos sempre na primeira linha para encontrar soluções.

Depois queria repor outra verdade em relação a um artigo do Jornal “O ECO”, em que o Sr. Vereador se manifesta, inclusivamente diz que foi promessa do PSD e do PS, eu digo-lhe mais, foi de facto em empenho do PSD, na pessoa da Dra. Ofélia Moleiro, mas o PS, o que é que ele fez no processo?

A Dra. Ofélia Moleiro, justiça lhe seja feita, fez o esforço de o inscrever PIDAC, o PS, em 2006, e retirou do PIDAC os € 25.000,00 que estavam inscritos, então quem é que fez? O PSD fez um esforço para melhorar as condições da Unidade de Saúde de Almagreira e o PS retirou-a do PIDAC e colocou sobre o ónus de outros, neste caso do Município, a reestruturação da Extensão de Saúde.

O Executivo da Junta deslocou-se, em 2007, à ARS Centro, porque várias vezes havia pedido explicações em relação à permanência, à necessidade e aos compromissos que a Câmara tinha assumido no sentido de construir a unidade, e inaugurámos o livro de reclamações da ARS Centro. A resposta que deram, passados dois meses, a única resposta que deram ao executivo da Junta de Freguesia da Almagreira em relação à unidade de saúde de Almagreira foi que a região é enorme e, de facto, não tinham tempo.

Se quer relançar o processo, que o faça de uma forma honesta, que o faça implicando o próprio Governo, porque o Senhor Vereador sabe que é da responsabilidade do Ministério da Saúde a construção e a criação dessas infra-estruturas.”

Nascimento Lopes, cuja intervenção se transcreve:

“Vou falar do Magalhães, desse aparelho tão cobiçado pelas crianças mas infelizmente tão distante delas.

E queria pôr duas ou três questões ao Sr. Presidente da Câmara, que é o directo responsável pelo primeiro ciclo e também pelas creches, mas sobretudo pelo primeiro ciclo. Questões essas que têm a ver com algumas situações que me parecem deverem ser devidamente esclarecidas.

Antes disso, queria dizer-lhes que o Magalhães tem sido ponto de honra deste governo, o Sr. Primeiro-ministro deu-se ao luxo de, de vez em quando, ir a uma escola com meia dúzia de crianças, Magalhães debaixo do braço, entregar aquele aparelhómetro às crianças e dizer “Agora trabalhem, a formação depois ser-vos-á dada mais tarde”.

O caricato de toda esta situação é que nós temos a noção exacta de que foram esbanjados milhões e milhões de euros deste país, por um computador que, poder-se-á dizer, terá o seu aproveitamento mas cujo saldo final é, eventualmente, nulo, porque não há formação por parte das crianças, porque não há formação por parte de quem lha deve dar, porque não há sequer o critério de distribuição dos ditos Magalhães.

Foi criada uma fundação para pagar a quem construiu ou a quem, ainda hoje, continua a construir Magalhães para entrega nas escolas do primeiro ciclo. Essa fundação como não tinha dinheiro, infelizmente, foi ao bolso dos outros, foi buscá-lo à Acção Social Escolar, foi prejudicar um fundo de maneio que havia nessa Instituição, para o entregar à empresa que ainda hoje continua a fabricar o dito Magalhães.

Concretamente ao Sr. Presidente da Câmara quero colocar duas ou três questões que agradecia me respondesse:

Quais os investimentos realizados pelo Ministério da Educação nas escolas do primeiro ciclo para generalizar a utilização do computador Magalhães, nomeadamente, na instalação de redes “wireless” programas, formação pedagógica aos professores, desenvolvimento de conteúdos curriculares e outros?

Por ventura existe algum protocolo entre a Câmara e a DREC para executar estes investimentos?

Quais os actuais níveis de utilização do equipamento nas escolas do primeiro ciclo, dos alunos, nomeadamente quanto à realização de trabalhos e formação para os seus utilizadores?

Deixo estas duas questões aguardando resposta às mesmas.

No entanto passando desta questão para uma outra, e já se falou aqui do TGV, esse malfadado projecto que ainda não parou, parece que quer continuar, queria fazer um termo de comparação. Valerá a pena estarmo-nos a preocupar com um projecto megalómano, com um projecto que não traz vantagens absolutamente nenhuma para nenhum de nós, enquanto não resolvermos o problema dos mais de 500.000 desempregados deste país?

Valerá a pena estarmos a investir em capitais que não são nossos, que temos que pedir e daqui por não sei quantos anos temos que pagar, não resolvendo primeiro o problema das tais 500.000 ou mais pessoas que estão no desemprego?

Muito honestamente, acho que é um erro. E será um erro político, mas esse erro político temos nós que o pagar, não sei como, muito honestamente acho que os governantes deste país devem primeiro olhar para quem precisa e deixar o supérfluo para mais tarde.

O TGV poderá eventualmente ser construído daqui por muitos mais anos, quando houver capacidade financeira para o efeito, mas acho que os desempregados não podem suportar muito mais tempo do que já estão à espera. Tenhamos isso em atenção e resolvamos-lhes o problema, esperando que o Primeiro-ministro deste país tenha no seu programa, no seu projecto a resolução deste grave problema que afecta todos a nível do nosso País.”

Pedro Murtinho, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“No passado 25 de Setembro, último, o Secretário de Estado Adjunto da Administração Local assinou um despacho a autorizar a celebração de um contrato-programa com o Município de Pombal, devido à necessidade de financiar a reparação de equipamentos públicos que foram afectados pelas cheias de 2006, com base na avaliação feita pelos Secretários de Estado da Protecção Civil e do Ordenamento do Território e das Cidades, financiamento este na ordem de € 1.000.000,00.

Até aqui tudo bem.

Mas apenas no dia 7 de Outubro, duas semanas depois, o Município de Pombal teve conhecimento deste despacho, por ocasião de um debate entre os candidatos à Câmara Municipal de Pombal nas últimas eleições Autárquicas, realizado no Teatro Cine de Pombal.

O anúncio foi feito de forma informal, com pompa e circunstância, pelo candidato Socialista Dr. Adelino Mendes. Após conhecimento da data deste despacho, muito me espanta que só a 7 de Outubro, quatro dias antes das eleições, se tenha tido conhecimento, por parte do Dr. Adelino Mendes, desta decisão, não fosse ele, à data, Adjunto do Secretário de Estado da Protecção Civil. Mera coincidência! Mas o que me traz cá são duas questões muito simples dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara.

Se já foi ou não assinado algum contrato-programa para a atribuição deste financiamento, se já foi recebido algum valor e se o Município de Pombal encetou todas as diligências, com a devida celeridade exigida a fim de concretizar a assinatura deste contrato-programa?

Quero também, aqui, comungar das preocupações dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Pombal e do Carriço, sobre a linha de alta velocidade, porque as prioridades deste país são outras. Em vez de repararmos e beneficiarmos a Linha do Oeste, ou então de olharmos para os desempregados com outros olhos, está a decorrer até 5 de Fevereiro, a consulta pública de estudo de impacto ambiental para construção do Lote B da linha de alta velocidade, entre Pombal, mais concretamente Almagreira, e a Mealhada.

É certo que este lote abrange apenas uns poucos metros do Concelho de Pombal, mais precisamente em Almagreira, mas motivo mais do que suficiente para reforçar as nossas preocupações perante a concretização deste projecto. Projecto que, na minha opinião, a ligação Porto - Lisboa é um disparate.

De qualquer forma pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, para terminar, se é intenção do nosso Município emitir algum parecer perante esta consulta pública?”

Rodrigues Marques, que disse o seguinte:

“Uma pequena nota, que alegrou a minha Freguesia e que irá funcionar para memória futura.

No passado sábado abriu uma loja social em Albergaria dos Doze, no âmbito do plano de acção da Rede Social de Pombal. Uma loja que não compra nem vende, redistribui, as suas mais-valias são exclusivamente sociais, portanto, a loja recebe roupas e artigos domésticos e dá-os a quem deles necessita.

Convido-os a irem visitá-la.

Senhor Presidente da Câmara, sei que está na informação que V. Ex.^a colocou nos nossos documentos, todavia vai-me perdoar porque todos os dias às sete e meia da manhã, dias úteis, obviamente, quando me dirijo para o local de trabalho, passo por um pólo escolar cuja evolução não posso acompanhar dia a dia, mas gostaria que nos fizesse o ponto de situação de uma política que acaba por nos fazer substituir os edifícios, que nós costumamos chamar de centenários, do

então Presidente do Concelho de Ministros D. Oliveira Salazar, por umas novas unidades, com uma nova filosofia, com tudo o que de bom nós podemos oferecer às nossas crianças. Bem-haja e muito obrigado.”

Ilídio da Mota, cuja intervenção se segue:

“Desta minha intervenção quero sensibilizar esta Magna Assembleia para as questões de segurança e progresso em vias de comunicação.

Como sabem, o IC2, antiga EN1, atravessa a freguesia de Vermoil.

Os anos têm passado, o tráfego tem aumentado, mas a nível de segurança tudo tem estado parado, apesar dos alertas que tenho feito à Direcção de Estradas e reuniões que já tive para este efeito com esta Direcção.

Nos limites da Freguesia de Vermoil temos dois pontos críticos de grande perigo: O cruzamento do Outeiro da Ranha e o cruzamento dos Matos da Ranha. Apesar dos inúmeros acidentes que ali têm ocorrido, muitos deles com vítimas mortais, nada se tem feito para dar mais segurança. Arrepio-me quando tenho de atravessar estes cruzamentos, penso naqueles com mais idade ou com menos apetência para a condução que, com um pequeno descuido, ali podem ficar. Penso naqueles que têm de atravessar esta via a pé, que é uma missão praticamente impossível, pergunto-me como é que as autoridades competentes, neste caso, as Estradas de Portugal, conseguem estar tão passivas sem tomarem medidas para dar mais segurança aos seus utentes, e estranho que para estes lados de Vermoil, das Meirinhas, e até de Pombal, existam este tipo de cruzamentos com tanto perigo e olharmos para o lado e vemos que existe um tratamento diferente, refiro-me a quando seguimos no sentido de Pombal para Lisboa, logo a partir do Barracão, todos os cruzamentos têm semáforos ou são desnivelados.

É urgente que as Estradas de Portugal aumentem aqui a segurança, seja com o desnivelamento dos cruzamentos, com a colocação de semáforos, ou com a construção de rotundas.

Segundo dados a que tive acesso, a transformação de um cruzamento numa rotunda, traduz-se na demissão de 32 pontos de intercepção entre trajectórias de dois veículos, para apenas oito; ao nível de acidentes a redução é estimada em cerca de 60% de redução; ao nível de acidentes com vítimas mortais, a redução é de 95%. Acho que valia a pena ir por aqui e com custos reduzidos. Sei também que está em estudo a construção de um novo IC2 com um novo traçado, penso que será assim uma espécie de auto-estrada a colocar entre a A1 e o traçado previsto para o TGV, espero que também não seja feito, na minha opinião penso não haver espaço para tanto, mesmo com muitas demolições.

Acho que esta situação não deve ser aceite, pois o IC2, onde está, faz falta às nossas empresas, aos nossos comércio e às nossas indústrias.

Imagine-se as Meirinhas, a Ranha ou até Pombal sem o IC2. Esta via tem de ser melhorada em segurança, não tem de ser mudada.

Peço então à Câmara Municipal de Pombal e a esta assembleia que pugnem pela melhoria da segurança do IC2 e, já que falo em estradas, vou deixar o meu pedido para que se continuem a fazer todos os esforços no sentido de conseguir o nó da A1 em Meirinhas/Barracão, é fundamental para o progresso, não só das Meirinhas e Colmeias mas também da Bidoeira, Vermoil, Carnide. Sei que a Câmara Municipal de Pombal tem trabalhado nesta abertura da A1, espero que as portas estejam abertas e que esta venha a ser uma realidade muito em breve.

Para potenciar mais este nó, e dar nova vida às freguesias mais a sul do Concelho, seria importantíssima a construção de uma via que ligasse a A1, o IC2 em Meirinhas/Barracão ao IC8 na zona de Abiul, uma via que passasse por Vermoil, São Simão, Santiago, Albergaria. Esta via daria novo ânimo aos empresários destas freguesias.

Talvez já esteja a sonhar, mas quando tanto se apregoa investimento público, penso que estas ideias para investimentos públicos seriam muito positivas para as nossas populações e dariam frutos a curto prazo, com custos reduzidos, em comparação ao megalómano TGV.

Para terminar, apresento a todos os meus votos de um feliz ano novo, onde a verdade e a clareza vençam a mentira e a ocultação, onde a liberdade se sobreponha à opressão e onde a ganância dê lugar à partilha.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, da seguinte forma:

“Em relação às muitas perguntas que foram feitas, vamos então a factos, penitenciando-me já perante todos por não responder exaustivamente, como era meu dever e meu direito, mas o tempo urge.

Portanto, Sra. Dra. Odete Alves, está aqui na sua função de digníssima deputada e, como jurista que é, espero que esteja unicamente aqui na qualidade de deputada da Assembleia Municipal, e como de facto tive conhecimento de que há partes interessadas nesta Urbanização e também já teve a voluntariedade de verificar o projecto do acesso, agora construído por iniciativa da nossa Câmara e muito aclamado por todos os residentes, ou por uma parte significativa dos residentes daquela urbanização, há mais de 16 anos, uma vez que o alvará foi atribuído, como disse e muito bem, em 1993.

Eu quero dizer que a Junta Autónoma das Estradas abandonou o projecto que se responsabilizou por fazer porque entretanto alterou o traçado do IC8 e desvinculou-se desse compromisso, mas também sabe que, infelizmente, neste país e neste estado de direito, a Junta Autónoma de Estradas desde que eu sou autarca, já tive de contactar mais de 10 Presidentes do Instituto de Estradas de Portugal.

Quero dizer que o acesso foi construído por imperativo de segurança e da reclamação de alguns, mas se eu hoje soubesse que havia ali tanta desigualdade de interesses, tantos interesses instalados e tanta rivalidade entre os proprietários do terreno que foi valorizado e urbanizado entre os promotores, entre os residentes, eu nunca tinha efectivamente dado a directiva para o Director do Departamento fazer aquele acesso.

E com certeza, e como técnico lhe respondo, seria um erro que poderia efectivamente afectar a segurança e a mobilidade das pessoas e que estava ali um exemplo e um espelho que não se coaduna nada com aquela perspectiva de saber planear, de saber projectar e saber realizar.

É uma urbanização muito digna, vivem lá muitos amigos meus e alguns residentes até estão nesta sala, mas devo dizer que em 16 anos, com todas as oposições e críticas que tenho tido, e às vezes sem razão porque não são alicerçadas no conhecimento nem no saber.

Eu desde que estou aqui que tenho problemas na Urbanização dos Vicentes, que está abandonada há mais de 20 anos; tenho problemas na Urbanização das Courelas e de St.^a Luzia onde até o espaço verde foi ocupado com construções antes de eu estar aqui; tenho problemas na Urbanização da Erse Marques que está falida, porque foi mal dimensionada e mal aprovada; tenho problemas na de S. Cristóvão mas procurei solucioná-los, portanto eu penso que o que se está a fazer é para bem do ordenamento do Concelho de Pombal.

Fazemos muitas estradas e não sabemos quem vão beneficiar mas valorizam todos os terrenos confinantes, e quem ali investiu, que ali vive e quem se desloca para o trabalho, para a escola, etc., A Estrada 237, como sabe, também foi desclassificada, temos um projecto concluído que vai brevemente a concurso que vai até àquela zona de qualificação. Vai investir-se mais de um milhão de euros na sua qualificação, porque essa estrada também é propriedade nossa e temos de a qualificar.

Quanto a este acesso devia ser da responsabilidade de quem efectivamente entregou o alvará. Agora a Sra. recomenda fazer a expropriação, eu desde que cá estou tenho sabido dialogar com as pessoas, tenho sabido negociar, compramos muitos milhares de metros quadrados de terrenos em todas as Freguesias do Concelho, até aqui na cidade de Pombal, e nunca tivemos necessidade de recorrer à expropriação, porque infelizmente a justiça não é célere, não funciona, e quando nós tivéssemos a expropriação acordada em tribunal já não se justificava o investimento que 4 ou 5 anos antes era perspectivado fazer-se.

Ocupámos ali 772 m², 273 m² ao Sr. Carlos Barros e agora mais 150 m², mais abaixo e que ele vai alienar para jardim e para ser efectivamente um espaço de usufruto público. O Sr. Leonel Gonçalves cedeu 243 m², o Sr. Manuel Mendes 79 m², o Sr. Albino 68 m², o Sr. Adelino Fernandes 25 m², o Sr. Álvaro Machado 8 m², a Sra. Marlene Varela 68 m² e o Sr. Francisco 8 m².

Eu estive lá hoje, de manhã, verifiquei que aquela estrada com a vedação que tinha, não havia muros, mas os proprietários, alguns estão em França, até pediram conselhos a um ex-presidente de Junta, aqui de Pombal se podiam ceder ou não, que é terreno urbano, e o terreno urbano custa muito dinheiro.

Ao fazer-se estas estradas vamos permitir que a Urbanização de S. Cristóvão tenha uma estrada para nascente que vai ser dimensionada e construída e que permite que o acesso à Urbanização não seja só por um sítio, mas passe a ser por dois, há 10 anos que andamos para abrir essa estrada, do lado nascente, e eu penso que se vai concretizar no próximo ano.

A estrada 237 foi desclassificada, nós vamos lá investir dinheiro na qualificação, e bem, mas tivemos problemas nesta urbanização, e eu se fosse promotor ou co-proprietário dos terrenos confinantes não tinha levado tanto tempo a convencer para que se deixasse efectivamente redimensionar aquela estrada, como foi redimensionada com os muros de acesso e com a possibilidade de construir mais vivendas e valorizar aquela zona habitacional.

Portanto, penso que não havia outra solução, mas não foi fácil, as vezes que eu falei com alguns desse elementos, até para França falei, mas conseguiu-se efectivamente aquela melhoria. Em termos técnicos e em termos de competência, foi a melhor solução que se podia fazer em prol do bem-estar de todos aqueles que ali vivem.

Quando um projecto é feito que vai ao interesse de poucos em prejuízo de muitos cai pela base, e esse sim é reprovado e eu digo muitas vezes, o tempo dá sempre razão a quem a tem.

Senhor Deputado Municipal Fernando Silva e ex-vereador desta Câmara, devo dizer que o Senhor foi genial como Vereador do Desporto, criou o Regulamento que tem vindo a ser utilizado pelo Pelouro e quero dar-lhe essas felicitações.

Já não estou a 100% em sintonia consigo em relação ao Largo Salgueiro Maia. E porquê? Porque junto ao posto da PSP, nós só temos um sentido de trânsito, não podemos ter mais do que um por causa do estacionamento das viaturas, e vindo por dois sentidos até ao Largo Salgueiro Maia pela Avenida António Spínola tinham que dar ali um retorno, estão ali sempre carros estacionados e havia ali um transtorno muito grande naquele Largo. Isso já foi estudado e analisado.

Aquilo que diz em relação ao posto de combustíveis, se não fosse protelado no tempo, de acordo com a crise que atravessamos, o investimento que estava previsto fazer-se na antiga fábrica de bagaço, construir ali uma vivenda e um acesso paralelo até ao Manjar do Marquês e à nacional nº1 e melhorava isso.

A passagem desnivelada foi pedida centenas de vezes à Junta Autónoma de Estradas, ainda recentemente, não só essa como nas Leais, nos Matos da Ranha, Ranha de S. João, Meirinhas, Venda da Cruz, Pelariga e Redinha e constroem-se passagens desniveladas nas grandes cidades, digo isto muita vez, onde não morrem pessoas, onde as pessoas não podem andar a mais de 50 km/h, e dimensionam-se e projectam-se obras públicas de auto-estradas, concepção/construção e exploração, a pagar em 30 anos, porque são as gerações que vierem a seguir que as acabam por pagar, porque não custa nada fazer essas estradas, e são sempre os mesmos concessionários a fazê-las, e ignora-se uma estrada nacional como se ignoram muitas estradas nacionais que deviam ser tratadas com respeito pelo historial e pela cultura que essas estradas, desde tempos primordiais representam para Portugal.

Senhor Leovigildo, a Linha do Oeste está abandonada, infelizmente, mas também é mais um erro, e que fique aqui, registado em acta, a insistência e a prerrogativa que este nosso estado de direito está a fazer, querer fazer um TGV entre Lisboa e Porto, tendo abandonada a linha do Oeste há mais de 40 anos sem ser modernizada, a Linha do Norte que ainda não está completamente

modernizada, quando existem duas auto-estradas e mais uma terceira, para se ganhar 10 ou 15 minutos de tempo entre Lisboa e o Porto quando se tem um avião e outros meios.

Mas isto é para os iluminados políticos, eu não o sou, antes de ser político sou técnico e continuarei a sê-lo toda a minha vida e não me revejo nada, de há uns anos a esta parte, no planeamento de obras públicas que se tem vindo a fazer a nível nacional.

Não são obras públicas feitas de acordo com o interesse nacional, são obras públicas planeadas ou projectadas com interesse eleitoralista, de acordo com o interesse, digamos, periódico de legislatura e até se vendem edifícios públicos para corrigir a dívida e depois alugam-se.

Temos feito uma gestão ruínosa que vai ser paga e muito bem paga pelos nossos filhos e pelos nossos netos, por incompetência do Ministério das Obras Públicas deste País que, se não fosse incompetente, não tinha em 15 anos substituído 10 ou 12 presidentes do Instituto de Estradas de Portugal.

É mudar a legislação, é mudar aquilo que existe como obra realizada, mas isso é a democracia que temos e o povo é soberano, que a corrija para bem de Portugal, porque, infelizmente, não me revejo nesta democracia conforme ela está.

Digo isto muitas vezes, justifica-se mais hoje o 25 de Abril do que se justificava há 30 e tal anos atrás, quando participei nele.

Senhor Fernando Matias, já procuramos fazer efectivamente o acordo de colaboração para o Centro de Saúde, o posto tem ser fechado, se houver necessidade de fazer o Posto Médico novo, temos o terreno comprado, nós construimo-lo mas que haja a garantia da funcionalidade dele.

O Senhor também interpelou o Sr. Vereador, ele está aqui na condição de vereador, não está na condição de Chefe de Gabinete de Secretário de Estado e eu agora também estou em defesa dele porque, efectivamente, como o Sr. Vereador está na Secretaria de Estado espero que ele consiga que a gente assine o acordo de colaboração para receber a contrapartida das inundações, que nos foi prometida várias vezes. O acordo de colaboração é que não se assina nem aparece, nem o dinheiro.

O dinheiro do QREN está protelado no tempo, já há uns dois anos, diz que era para fazer obras em 2008/2009 já podiam ser apoiadas pelo QREN, nem uma a nível nacional o foi., não sei para onde é que vai o dinheiro mas o que é um facto é que é a realidade do nosso país, portanto se vier este dinheiro, uma vez que fomos ignorados tendenciosamente e politicamente, porque todos os outros concelhos que foram prejudicados em 2006 tiveram acordos de colaboração, logo que houve oportunidade e o nosso ficou para último depois de muitas insistências. É a democracia que temos.

Quando temos uma democracia, que primeiro se pauta por princípios sectários e não pelos interesses do país e de tratar todos os portugueses da mesma maneira, há que eliminar esta democracia e trazer outra melhor, que trate todos os 308 Municípios da mesma forma.

Senhor Nascimento Lopes, esses investimentos não foram feitos. Eu tenho lá o meu neto no primeiro ciclo e não levou para casa nenhum Magalhães, essa é que é a realidade, mas também não estou muito interessado que ele leve nenhum para casa, porque, como técnico que sou e como frequentador do ensino básico, entendo que os alunos têm de ter uma boa preparação para saber fazer contas, sabendo matemática, pois sendo bons alunos de matemática, a física e o computador deve surgir quando eles tiverem numa fase do segundo para o terceiro ciclo.

Este é um erro histórico que eu subscrevo porque isso está a ser averiguado, penso que também pelo Parlamento Europeu, porque só uma firma é que foi convidada, basta ver o Público de ontem para tirar as devidas ilações da honestidade, da transparência e da isenção deste estado de direito. Senhor Eng.º Pedro Murtinho, já falei do TGV, já contestámos o traçado, temos 13 km do Concelho de Pombal, cativos, com o traçado do TGV, não podemos aprovar nenhuma casa, nenhum pavilhão nem nenhuma industria, mas estou convencido que, daqui a 20 anos, o TGV ainda não existe e se calhar acontece como aconteceu com o Aeroporto era para ficar na Ota e

depois alguém alertou os políticos que aquilo era um erro histórico e ainda bem que mudou para Alcochete.

Senhor Eng.º Rodrigues Marques, felicito-o pela inauguração da Loja Social.

O pólo escolar de Carnide está em funcionamento e não houve qualquer contribuição do Ministério da Educação para a construção desse pólo escolar, temos o da Redinha, Souto, Carriço, Albergaria dos Doze e Abiul, a bom ritmo de construção, esses sim, temos acordo de colaboração com o Ministério e temos participação na ordem dos 50% para essas obras serem feitas, temos candidatura feita para S. Simão e também para a Ilha mas queríamos fazê-lo para todas as freguesias onde se justifiquem esses centros escolares, para não haver freguesias com melhores condições que outras.

Senhor Ilídio Mota, está a ser feito um estudo sobre o novo IC2, é mais uma estrada, quando os responsáveis forem ser responsabilizados já estão, se calhar, do outro lado, agora é que deviam ser responsabilizados até às últimas consequências.

Temos o nosso país todo ocupado com corredores, estradas paralelas umas às outras, IC's, IP's, auto-estradas, sem um nível de censo, sem um nível de planeamento e sem um nível de conhecimento técnico e prático, de conhecimento real da dimensão do nosso país.

Quando fui à Assembleia da República, falar do TGV, disse assim: "Se querem fazer um TGV, não o façam de Lisboa ao Porto, façam-no entre Faro e Chaves, para quê um TGV entre Lisboa e Porto? É a minha opinião como português."

Nesta altura o **Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes** pediu a palavra para defesa da honra, tendo-lhe sido concedida pelo Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, tendo-o feito como se segue:

"Uma nota introdutória, ainda fora dos 30 segundos, para dizer que não responderei a nenhuma das interpelações que foi feita a questões de matéria governativa, nem a nenhuma questão de matéria municipal, porque naturalmente essas respostas terão de ser dadas, na Assembleia da República, pelo Senhor Primeiro-ministro e na Câmara Municipal, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pombal.

Apenas irei responder ao Senhor Fernando Matias, clarificando aquilo que eu disse.

De facto, há um compromisso político do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, assumido nesta Assembleia Municipal, de construir a Extensão de Saúde de Almagreira.

Não é nada de muito inovador porque grande parte das extensões de saúde que existem no nosso Concelho não foram construídas pela Administração Central, mas pela Câmara Municipal de Pombal. E é também verdade que esse é um compromisso político das últimas eleições do PS e do PSD nos programas municipais.

Nos nossos programas, o PS e o PSD comprometeram-se com essa construção. As más condições são do conhecimento de todos e não deixa de ser estranho que uma freguesia com mais de 3000 habitantes tenha na sua extensão de saúde cerca de 2000 utentes, isso também é o significado das más condições.

Agora, o que lhe queria dizer é o seguinte: em relação às unidades de saúde familiar, façam-se as unidades de saúde familiar que a Administração de Saúde entender por bem, juntem-se as extensões de saúde que se entenderem juntar em termos da gestão da saúde, agrupem-se os médicos, os enfermeiros e os funcionários, mas eu sou contra e queria dizê-lo publicamente na Assembleia Municipal.

Independentemente das opções dos responsáveis da saúde e do governo eu quero dizer ao Sr. Fernando Matias e a esta Assembleia Municipal que sou contra o encerramento de extensões e saúde em qualquer uma das freguesias do nosso concelho, porque independentemente da gestão ser comum, é mais fácil um médico deslocar-se do que a população, cada vez mais idosa, de Santiago, de Vermoil ou de S. Simão, ter de ir a Albergaria dos Doze e, portanto, acho que todas as freguesias devem ter a sua extensão de saúde a funcionar e em boas condições."

Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:

Ponto 2.1 - Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes, colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida colocou este ponto a discussão.

Não havendo ninguém interessado em usar da palavra, passou-se de imediato ao ponto seguinte.

Ponto 2.2 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Protocolo de Delegação de Competências e Transferência de Meios Financeiros entre o Município e as Freguesias para o Quadriénio 2010-2013.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que teceu as considerações que entendeu pertinentes, colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão inscreveram-se os Senhores:

Odete Alves, cuja intervenção se transcreve:

“Um Protocolo é um acordo de vontades que é estabelecido entre entidades e por isso partimos do princípio, ou do pressuposto, que esta proposta que aqui é apresentada, de protocolo de delegação de competências, foi já debatida entre a Câmara e as várias Juntas de Freguesia, por intermédio dos seus Presidentes de Junta e que, à partida, deve reflectir as vontades de cada uma das partes envolvidas.

A verdade, porém, é que muitas vezes, não obstante se tratar de um acordo de vontades, esse acordo de vontades não traduz exactamente a vontade de todos os intervenientes.

O Partido Socialista duvida que todos os Presidentes de Junta tenham ficado satisfeitos com este protocolo de transferências, contudo compreendemos que ou aprovavam e assinavam ou então não tinham nada, e isso seria muito pior. Mas esta bancada não pode deixar de lamentar e é isso que queremos aqui dizer, este estado de coisas, lamentamos que a Câmara não tenha optado por aprofundar o relacionamento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, aumentando as suas competências, aumentando também o volume das transferências de verbas, e redefinindo até os critérios para atribuição de meios permitindo desse modo uma maior transparência e até um reforço de responsabilização e do papel das Juntas de Freguesia.

Tais medidas, entendemos que seriam de extraordinária importância para as Juntas de Freguesia, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista da responsabilidade da sua intervenção em matérias importantes para a vida dos seus fregueses.

O Partido Socialista reafirma convictamente, nesta Assembleia, que as Juntas de Freguesia podem, em muitas áreas, desempenhar de forma mais eficaz que a Câmara diversas tarefas, com vantagens claras, nelas residentes as freguesias conhecem de perto as necessidades das suas populações e podem, porque dotadas de uma maior proximidade e até disponibilidade, empenhar-se de forma a resolver essas necessidades de forma mais célere, com vantagens claras para as populações.

As freguesias executam, isto é do conhecimento geral, normalmente melhor e de uma forma mais barata, indo assim de encontro às pessoas.

Queremos por exemplo salientar o exemplo da Freguesia de Pombal, cuja proposta de protocolo menciona uma transferência de apenas 30%, ao contrário das restantes freguesias que têm uma transferência de 35%, e só exemplificando e tomando por base os valores que foram definidos na

Lei do Orçamento de Estado, o valor destinado à Junta de Freguesia de Pombal era de € 204.753,00 do Fundo de Financiamento das Freguesias, porém com este protocolo de competências que define essa transferência em 30% o valor que lhe é atribuído é apenas de € 61.000,00, e desta forma, o Partido Socialista e a decisão com o sentido de voto desta Bancada, só pode ser votar contra esta proposta aqui apresentada.”

Rodrigues Marques, que fez a intervenção abaixo:

“Eu não tencionava falar sobre aquilo que referiu, mas vai-me permitir, em duas palavras, dizer-lhe o seguinte:

Este protocolo está testado, funciona e funcionou também no Louriçal, e portanto não vejo porque é que o Partido Socialista há-de votar contra.

Se é porque a Freguesia de Pombal tem os 30% do Fundo de Fomento das Freguesias, está provado que, efectivamente, a Junta de Freguesia de Pombal recebe quase metade do que é distribuído pelas outras 16, e portanto é uma freguesia rica, é uma freguesia que contrariamente às outras tem alguma estrutura, as outras freguesias não têm capacidade técnica para fazer obra.

Dra. Odete Alves, o que eu lhe sugeria era que fizesse dois favores:

Um era dizer onde estão os anexos do Orçamento de Estado para 2010 porque eu fiz aprovar o Orçamento para Albergaria dos Doze sem esses dados; porque o Estado não os forneceu. Não sabemos se vai aumentar se vai diminuir, tendencialmente vai diminuir;

Em segundo lugar, peço-lhe que liberte o seu companheiro de Bancada, o Presidente do Louriçal, José Neves, para que ele vote a favor e não acontecer como há 4 anos atrás, em que o Presidente teve que assinar o protocolo apesar de ter votado contra, porque isto é realmente uma ferramenta que está testada, que funciona e que faz falta, e só por cegueira partidária é que a Bancada do Partido Socialista assume essa postura.”

Nascimento Lopes, que usou da palavra para dizer o seguinte:

“Não haja dúvidas que a Freguesia de Pombal é grande e por isso é que é muito falada.

É grande em extensão, é grande em população, é grande no capital, parece que somos ricos. Deixem-me dizer-lhes que recebemos muito dinheiro, ano, mais de um milhão de euros, obviamente, mas devo dizer-lhes também que temos de ter arrojo, vontade e capacidade para os irmos buscar.

Às vezes é complicado, é difícil, vamos conseguindo, no entanto não somos ricos vamos recebendo aquilo que nos vão dando de acordo com as nossas capacidades e também de acordo com a nossa vontade.

Mas se quisermos recuar no tempo, é obvio que nada disso acontecia há uns anos a esta parte, sinal evidente que algo aconteceu na Freguesia de Pombal, no seu Executivo e também na sua Assembleia que é parte integrante deste Município.

Nós recebemos aquilo que vamos rebuscar, não somos ricos, vivemos daquilo que vamos tendo no dia-a-dia.

Relativamente ao FEF, quero dizer à Dra. Odete que o ano passado foram-nos atribuídos € 204.000,00 mas há dois anos também nos foi atribuído praticamente o mesmo valor, o que quer dizer que nada evoluiu de um ano para o outro.

Este ano, tal como disse o meu colega Rodrigues Marques, Presidente da Junta de Albergaria, ainda não sabemos quanto é que vamos receber porque ainda está no segredo dos deuses, vejamos se é mais, eventualmente não será, provavelmente será menos.

No que diz respeito aos 30%, é uma questão que, como é óbvio, não me deixa satisfeito, mas por tudo o que tem acontecido nos últimos 4 anos e nos anos anteriores, não me tenho sentido prejudicado por esse facto.”

Odete Alves, que pediu a palavra para fazer o seguinte esclarecimento:

“Quero só esclarecer o Sr. Eng. Rodrigues Marques de que os valores que mencionei há pouco, eram valores indicativos do ano passado, portanto do Orçamento de Estado publicado em

Dezembro do ano passado, e não do que há-de vir porque não tenho dotes de adivinhação e não posso vir aqui adiantar valores que não conheço.

Queria também dizer, a propósito do Presidente da Junta do Louriçal, que o Partido Socialista nesta e noutras matérias não impôs sentido de voto absolutamente nenhum ao Presidente da Junta da Freguesia do Louriçal que tem total liberdade para tomar as decisões que entender, portanto se ele entender que os 35% propostos são os adequados, com certeza que ele irá aceitar o protocolo de competências, mas reafirmo mais uma vez que nem sempre a assinatura do protocolo reflecte a vontade de todos os intervenientes, e ainda que ele seja levado a assinar o protocolo, porque de facto é de todo o interesse que o faça, não significa que ele aceite aquele valor proposto. Gostava de dizer ainda ao Sr. Presidente da Junta de Pombal, que a Junta de Freguesia de Pombal tem recebido inúmeras transferências também do Governo Central a propósito da educação e que esse valor, não consigo adiantar exactamente qual, é um valor bastante elevado.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, da seguinte forma:

“A maior parte de nós estamos a trabalhar aqui, há mais de 16 anos. Quando iniciámos funções ainda não havia esta Delegação de Competências, para as Freguesias, no valor de 35% e 30% do FEF.

Todos sabemos que qualquer iniciativa de qualquer Junta de Freguesia quando excede o investimento superior a € 5.000,00, há acordos de colaboração, há pareceres técnicos e há acompanhamento técnico para essas obras se realizarem.

Nunca ficou obra nenhuma por pagar da iniciativa livre e espontânea dos Srs. Presidentes de Junta.

Quando se fala dos 30% do FEF de Pombal em relação aos 35% do FEF das outras freguesias periféricas, esquecem-se que essa relação de 5% equivale a 10.000,00 euros e a freguesia de Pombal, desde que é Social Democrata, construiu uma sede com o apoio da Câmara, construiu o Largo da Fonte da Charneca, teve o apoio financeiro da Câmara, construiu o Largo do Casalinho com apoio total e integral da Câmara, o Largo do Barrocal, o parque de merendas de Cotrofe, etc. Senhor Presidente da Junta de Pombal continue a ter iniciativa de bons projectos, boas realizações de proximidade, procure continuar a pugnar pelo desenvolvimento desta freguesia mãe do Concelho que é maior e tem mais habitantes que nove dos Concelhos do Distrito de Leiria, para que o povo de 4 em 4 anos não tenha em atenção as ideias de transferir mais competências, mais dinheiro, para as Juntas de Freguesia, aquelas que são dotadas de técnicos e continuar a política de proximidade, mas que tenham sentido prático e o realismo do que é uma obra para apoiar incondicionalmente qualquer iniciativa das Juntas de Freguesia.

Vou citar aqui um caso concreto, ainda anteontem a Junta de Freguesia de Abiul recebeu de um Acordo de Colaboração € 100.000,00 e no próximo mês vai receber mais € 100.000,00, porque fez um investimento na Praça de Touros de Abiul, por sua iniciativa, no valor de mais de € 400.000,00 e não ficou pendurada, teve a solidariedade da Câmara Municipal de Pombal, porque aquela obra é uma obra histórica, é a Praça mais antiga de Portugal e diz respeito a todo o Concelho.

O Presidente da Junta fez uma boa gestão, porque tinha um arquitecto a acompanhar e técnicos da Câmara, e fê-lo em tempo recorde, porque foi uma exigência do serviço de fiscalização para que a segurança continuasse e lá se realizassem touradas que alguns fundamentalistas querem excluir do historial do povo de Portugal.

Portanto demagogia é essa que existe a nível nacional que faz grandes obras, demagogia é também há bocado quando se falou em tirar as Finanças do centro da Cidade, com o que eu não concordo, à parte Histórica da Cidade. As finanças já lá funcionam, é um edifício que comprámos, está pago, e está a obra em concurso para se fazer, só não está ainda realizada por falta de apoio técnico das Finanças, e porquê, meus caros amigos? É que infelizmente quando se fala em corrupção não se vai ao fundo da questão da corrupção, é que nós temos aqui um edifício que,

não tem licença de utilização, gastaram lá cerca de € 150.000,00 e pagam uma renda exorbitante em que o estado é enganado, nós dávamos um terreno e não quiseram ir para ali onde está o edifício Manuel Henriques, e outros, porque houve alguém que fez uma gestão danosa utilizando os dinheiros públicos, uma coisa que não tem funcionalidade, não é propriedade do estado, paga-se uma renda exorbitante e investiu-se mais do que se fizesse um edifício novo com qualidade funcional.

Isto é que é o Estado de Direito que temos, o Estado defensor dos direitos dos Portugueses.”

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria, com seis votos contra e uma abstenção da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

O **Senhor Ilídio Mota**, pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:

“Senhor Presidente, para que não haja dúvidas como houve aí, que podemos estar a votar contrariados, dizer que não é o caso da Junta de Vermoil e com certeza dos meus colegas.

Este é um acordo que também espelha a vontade da Junta de Freguesia de Vermoil.

Se há 4 anos atrás me surgiram algumas dúvidas, a experiência demonstra que isto funciona, que a Câmara tem boa gestão e que sabe acompanhar as necessidades das Juntas de Freguesia.”

Ponto 2.3 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Orçamento para o Ano Económico de 2010.

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que fez a seguinte apresentação do documento:

“Como estas aprovações se repetem de ano para ano, não há necessidade de gastar muitas energias para além daquilo que já foi dispensado pelo Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara, em relação ao Orçamento para 2010 e às Grandes Opções do Plano para 2010/2013.

De acordo com a Nota Introdutória que os Senhores Deputados e Colegas Autarcas leram, dizer que, efectivamente no ano em curso e que está quase a terminar, temos € 29.000.000,00 de obras.

Temos, e continuamos a ter, a preocupação de mandar fazer obra depois de a projectar, com a preocupação e a responsabilidade de pagar dentro dos prazos normais, porque sei qual a importância do pagamento oportuno, perante uma pequena ou média empresa, tendo em conta despesas que as empresas têm em termos de equipamentos, de endividamento e de pagamento de salários, e era bom que nós a nível nacional tivéssemos essa preocupação.

Nós sabemos que dentro destas Grandes Opções do Plano, uma vez que o Orçamento prevê um investimento na ordem dos € 46.600.000,00, os Senhores já se aperceberam daquilo que está perspectivado fazer no próximo ano e, tendo em conta aquilo que o povo de Pombal entende como mais premente fazer-se e que é o abastecimento e o saneamento básico, temos duas ETAR's construídas, estamos a construir a terceira, queremos construir a quarta em Almagreira e depois a quinta na Redinha, para ficarmos com todo o concelho servido de Estações de Tratamento.

Também não vamos descurar o desporto, nem a rede viária, nem o turismo, nem outras vertentes. Está aqui tudo equacionado, foi elaborado durante dias e dias consecutivos, com a contribuição dos Pelouros, dos Chefes de Divisão e de Departamento da Câmara.

São documentos que não são utópicos, vêm no sentido de corresponder às possibilidades de pagamento e de endividamento da Câmara, não pondo em causa, no próximo mandato, qualquer gestão que dificulte o continuar a manter e a construir aquilo que efectivamente contribui para um melhor nível de vida e qualidade dos municípios, que são a razão de ser desta Câmara.

E se houver algum esclarecimento a pedir, terei oportunidade de o fazer, uma vez que estes documentos, cuja elaboração eu felicito, e louvo quem no-lo apresentou aqui competentemente e realisticamente para aprovação.”

Armando Carolino, cuja intervenção se transcreve:

Eu pedi a palavra, não é para trazer nada de novo a esta discussão, é apenas e só para prestar alguns esclarecimentos e, ao mesmo tempo, dar algumas achegas que me parecem importantes. Em primeiro lugar eu quero louvar a apresentação destes documentos, na pessoa dos técnicos desta casa, porque na realidade a apresentação é a primeira nota positiva que cada um de nós estabelece ao olhar para as coisas que nos são apresentadas, e eu já estava há muitos anos habituado a ver gente a trabalhar bem e regozijo-me porque com as novas tecnologias, com a formação e com os novos saberes, estes documentos estão cada vez mais fáceis para quem os entende de leitura, e mais fáceis de serem entendidos por quem está interessado em o fazer.

Em segundo lugar eu apenas e só queria dizer, Sr. Presidente da Câmara, V. Ex.^a está sufragada por uma maioria absolutamente incontestada, tem uma maioria que o acompanha na apresentação destes documentos, é a sua administração que tem a responsabilidade pela execução de tudo quanto nos apresenta, quer nas Grandes Opções do Plano, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, mas a nós é reservada a apreciação e temos o direito de o fazer e, rapidamente, eu queria dizer:

No exercício das competências da Assembleia Municipal, nós não estamos hoje aqui nem podemos fazê-lo, porque estamos a apreciar estes documentos para o primeiro ano de mandato, para fiscalizar, avaliar, acompanhar, crescer, aquilo que foi a execução das obras propostas, mas estamos aqui também para apreciar se efectivamente, o programa, melhor dito, que foi apresentado ao eleitorado pelo nosso Município, está ou não está vertido exactamente nestes documentos e na dimensão em que foi apresentado.

A nós parece-nos que não, a nós parece-nos que continua a haver um discurso no sentido de falar em determinados investimentos, mas depois, por forças de circunstância que só V. Ex.^a conhecerá porque é o administrador desta casa, legítima e democraticamente há 16 anos, os documentos de Grandes Opções e o Plano Plurianual de Investimentos não correspondem àquilo que foi apresentado como programa de gestão municipal ainda que todos os adjectivos que tem aplicado em relação à sua gestão não serão por mim, nem pela Bancada do Partido Socialista, contestados, porque na verdade sabemos e não temos dúvida nenhuma de que é uma gestão transparente, é uma gestão honesta, é uma gestão que qualquer um de nós não tem dúvida nenhuma em subscrever e em adjectivar com essas palavras.

No entanto, parece-nos que há alguns reparos a fazer, eu não vou obra por obra, porque obra por obra é um trabalho que S. Ex.^a faz com as Senhoras e com os Senhores Vereadores que constituem consigo a maioria e a colaboração eventual daqueles que estão na oposição.

Ao elaborar o Plano de Grandes Opções, e a distribuição das obras pelas 17 freguesias com certeza que é o resultado de um trabalho que V. Ex.^a fará com os Srs. Presidentes de Junta, e portanto como não tenho procuração de nenhum deles para aqui defender, mais ou menos, para a Junta A ou B, só me congratularei que todos os Srs. Presidentes de Junta presentes nesta sala e constituintes por inerência desta Assembleia Municipal, estejam satisfeitos com o Plano, estejam satisfeitos com as obras que lhes foram distribuídas e que irão ser realizadas nas áreas geográficas das suas Freguesias.

Agora, dir-lhe-ei que fiquei, digamos, algo admirado porque aquilo que há vários anos a esta parte, todos nós vimos dizendo, que a rede viária do Município está feita, que há estradas a mais, quem já viu de avião, a área do Município encontra um emaranhado de estradas, quase todas asfaltadas outras ainda não, mas o valor da rede viária continua a suplantar aquele que é do Saneamento Básico.

Efectivamente nós, há 20 anos atrás, não tínhamos as condições que temos hoje, mas há 20 anos atrás havia um plano agilizado para o Abastecimento de Água, que V. Ex.^a soube muito bem continuar e hoje está a 100%, como nós também deixámos a 100% a electrificação do território do Município.

A seguir ao abastecimento de Água, nós tínhamos previsto o Saneamento Básico, reduzindo a rede viária até onde ela pudesse ser reduzida, por outro lado também notamos que a nível de defesa do meio ambiente, da juventude e de outros itens, as Grandes Opções do Plano e o Plano de Actividades Municipal é muito reduzido.

Como é que há um Vereador com a responsabilidade do Pelouro da Juventude, não sei se a meio tempo se a tempo inteiro, para gerir € 36.500,00, eventualmente, se a retribuição do Vereador fosse imputada a essa rubrica, não chegariam para pagar a retribuição dos 14 meses a que qualquer trabalhador tem direito.

Como também o meio ambiente, a defesa do Arunca, na nossa opinião, estão muito pouco dotadas de financiamento para estarem de acordo com o programa eleitoral que nos foi apresentado, ou que foi apresentado ao eleitorado, e que o sufragou e que se pode dizer que está aquém do que lhes foi prometido.

Finalmente eu queria chamar a atenção para um pormenor que me despertou alguma curiosidade. Na área do Planeamento Urbanístico, os Planos de Urbanização, ou melhor, começando pelo Plano Director Municipal, que há 10 anos eu ouço que está em revisão, se calhar, o Sr. Presidente vai dizer que a culpa não é do Município, vai-me dizer que a culpa é das 14 Instituições que acompanham o debate, eu diria, não quero fazer muito reporte à minha experiência nesse aspecto mas uma das vezes que me senti mais pequenino foi quando na CCR, um Técnico desta Câmara, eu próprio e um Senhor Vereador de saudosa memória - e eu aqui quero recordar o Prof. Manuel Eduardo Gomes, um homem que deu muito a esta casa e a este município e que é de toda a justiça recordar aqui a sua memória - tínhamos 18 Instituições e o Sr. Vice-presidente da CCR disse-me assim: Sr. Presidente, Sr. Eng. e Sr. Vereador, os três têm de defender-se destes 18, e eu penso que nisso não deve ter mudado muito o formalismo, portanto nós sentimo-nos pequeninos porque ninguém conhece a problemática, mas todos defendem soluções para problemas que não conhecem e quando nós os pomos eles pegam nas normas e quem sofre somos nós.

A parte dos Planos de Pormenor, eu reparo que pelo menos em 50% dos casos a informação que nos é prestada é que está em vias a rescisão do contrato.

A última informação, num caso que foi prestada à Câmara reporta a 2003, uma outra informação prestada à Câmara reporta a 2005 e, portanto, não vale a pena estar a referenciar obra por obra, apenas e só, eu queria deixar estes problemas na medida em que, no fundo, o Plano de Actividades das Grandes Opções do Plano, incluindo portanto o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento, na nossa opinião, estão aquém das expectativas criadas, e até por uma questão de coerência, por uma questão de defendermos aquilo que ao longo da campanha eleitoral também apresentámos, nós teremos que votar contra estes dois documentos.”

Tiago Galvão, que fez a intervenção abaixo:

“Querida começar por salientar as palavras ditas pelo Dr. Armindo Carolino, sobre o fraco investimento na juventude, por parte deste Plano, € 36.000,00 para o Plano de Actividade Municipal e € 2.000,00 para o Plano Plurianual de Investimentos.

No nosso entender são fracos os valores e são fracas as propostas.

Querida aproveitar também para perguntar, uma vez que vem descrito no Plano, em que situação se encontra a elaboração do Conselho Municipal da Juventude, que noutros Concelhos já se foi elaborado.”

Rodrigues Marques, cuja intervenção se segue:

“O Sr. Dr. Armindo Lopes Carolino, falou de causa vivida, só que, e eu corroboro com ele relativamente à homenagem ao Prof. Manuel Eduardo Gomes, também é bom que se diga, também para se fazer justiça, porque ainda está vivo, que o Sr. Eng. Joaquim de Almeida, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Pombal, tinha um objectivo, aliás tinha vários, um deles era ligar a serra ao mar e outro era ligar todas as Freguesias por estradas que não existiam, e portanto é justo que se dê também essa nota.

Relativamente à questão que o Sr. Dr. Carolino referiu, é obvio que todos nós, enquanto andamos por estas casas, empurremos um bocadinho para a frente, às vezes não é para a frente, é para o lado ou para trás, mas isso são outras questões.

Agora, o Sr. Dr. Carolino falou no saneamento e falou também na Juventude.

O Sr. Dr. Carolino sabe tão bem como nós que, para além das revisões que se podem fazer aos documentos, podem fazer-se alterações, tantas quantas forem necessárias.

Relativamente à rubrica “Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos” onde se inclui essa questão da Juventude, tem 10,49% do Orçamento para 2010, e o Saneamento tem € 3.598.000,00 que corresponde quase a 11%, seguido do Abastecimento de Água, só que o Abastecimento de Água tem aqui a componente da alta por questões estratégicas - e eu acho muito bem que a empresa de Águas de Coimbra não mexa nos nossos recursos aquíferos subterrâneos, já chega o Estado querer assumir que é dono e senhor de tudo o que está a mais de 30 cm do solo, abaixo ou acima - portanto eu não consigo perceber muito bem porque é que o Sr. Dr. Armindo Lopes Carolino faz desta situação uma infelicidade tão grande.

Relativamente ao Vereador da juventude, o Sr. Dr. Carolino tentou fazer uma avaliação de desempenho em função do dinheiro que está disponível para essa rubrica, mas penso que, por infelicidade das suas palavras, essa avaliação de desempenho não pode ser directamente proporcional ao dinheiro que está nessa rubrica, tanto mais que o Vereador não é só Vereador da área da Juventude, e portanto eu penso que o Partido Socialista mais uma vez, por cegueira partidária, vai votar contra um documento que é um acerbo de um conjunto de obras que são prioritárias, todos os Presidentes de Junta o reconhecem, e que aqui não há nenhuma cavernas, não há nada escondido, é transparente.

O Sr. Dr. Armindo Lopes Carolino foi o próprio a dizer que a gestão feita pelo Eng.º Narciso Mota é transparente e honesta, se é transparente e honesta e o Partido Socialista vai votar contra, algo está errado aqui no reino.”

Sérgio Gomes, cuja intervenção se transcreve:

“Vou tentar contribuir neste debate, relativamente ao orçamento para 2010 de uma forma célere e não muito exaustiva, abordando, mais que politicamente, o documento de uma forma técnica.

O orçamento é por definição uma estimativa ou previsão, neste caso, quer ao nível da receita a arrecadar, quer ao nível de despesa a efectuar.

Por ser uma previsão, parece-me adequado antes de qualquer outro comentário acerca do orçamento, aquilatar a aderência do mesmo à realidade do Concelho.

No caso do Município de Pombal, podemos verificar, através de dados ainda recentes, que os orçamentos apresentados pelo órgão executivo são rigorosos, aderentes à realidade, com metas bem delineadas e executáveis, tal pode ser constatado através do indicador da execução da receita relativamente aos últimos 3 orçamentos apresentados:

- 2006 com nível de execução de 87%;*
- 2007 com nível de execução de 99%; e,*
- 2008 com nível de execução de 88%.*

Tais níveis de execução demonstram rigor e competência por parte do Executivo e realismo na elaboração do orçamento.

Interessa, efectivamente, ver que estamos perante um documento sério e que é aderente à realidade do nosso Concelho, agora, se o Município optou por encaminhar mais dinheiro para esta situação ou para outra, digamos que são níveis de actuação a nível do próprio executivo.

O que é certo é que é um documento válido e rigoroso e exequível.

Segundo dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o Município de Pombal ocupava o 6.º e o 16.º lugar, respectivamente para os anos de 2006 e 2007, entre um universo de cerca de 300 Municípios analisados, quanto ao nível de realização das receitas orçamentadas. Para 2008 ainda não foi publicado o estudo.

Face a estes indicadores podemos concluir que estamos a analisar um documento rigoroso e realista, evidentemente que, com um nível de execução de receita ao nível de 90%, 80%, obviamente, a despesa também pode ser executada e o orçamento, digamos, tem aderência à realidade.

Quanto ao orçamento para 2010, de acordo com o princípio de equilíbrio financeiro, do equilíbrio orçamental, as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, no caso do Orçamento agora apresentado, as receitas correntes são superiores em cerca de 37% às despesas correntes, o que se traduz em cerca de € 7.000.000,00, mostrando desta forma um bom equilíbrio e saúde financeira do Município.

Quanto à receita, podemos constatar uma previsão de receitas de cerca de € 46.000.000,00 das quais € 26.000.000,00 milhões de Receita Corrente e € 20.000.000,00 de Receitas de Capital.

Ao nível de Receita Corrente, podemos referir a importância dos impostos directos, 17% da receita total, e das transferências decorrentes do Estado, 23% da receita total, ao nível das Receitas de Capital, podemos verificar a importância assumida pelas transferências de capital, 41% da receita total, repartida por transferências do Estado, FEF e por participação comunitária em projectos co-financiados, através do FEDER e Fundos de Coesão.

Quanto à despesa, a Despesa Corrente, pode-se constatar do documento apresentado, que de uma forma natural são as despesas com o pessoal e a aquisição de bens e serviços, as rubricas com maior peso, representando, no seu conjunto, cerca de 33% da despesa total.

Pelo lado da Despesa de Capital, é a aquisição de bens de capital a rubrica com maior peso, atingindo um montante de 54% da despesa total, representando em absoluto, investimentos no montante de € 25.000.000,00 no total da Despesa de Capital, dos tais € 25.000.000,00, cerca de € 20.000.000,00, 80% da Despesa de Capital, serão aplicadas em sete rubricas, nomeadamente e por grau de valor as seguintes:

captação e distribuição de água 4 milhões;

- *escolas - € 4.000.000,00;*
- *viadutos e arruamentos - € 4.000.000,00;*
- *viação rural - € 3.000.000,00;*
- *sistemas de drenagem de águas residuais - € 2.000.000,00;*
- *instalações desportivas e recreativas - € 1.500.000,00; e,*
- *ETAR's - € 1.200.000,00.*

Obviamente que estamos perante um investimento significativo em infraestruturas de extrema importância para o desenvolvimento do Concelho, que trarão mais-valias acrescidas às populações e que contribuirá, de forma impulsionadora e decisiva, para a alavancagem da economia local, nomeadamente através da criação de emprego e ao incremento da actividade das empresas de construção civil e obras públicas, entre outras.”

Armindo Carolino, que solicitou a palavra para dizer o seguinte:

“Eu quero, apenas e só, esclarecer o seguinte:

Não houve avaliação de desempenho do Sr. Vereador, nem me compete, nem tenho legitimidade para o fazer, apenas e só num mero exercício matemático, eu disse: se, como houve em muito tempo, na administração pública, as retribuições de determinadas pessoas que tinham a responsabilidade de executar determinadas tarefas, fossem imputadas à rubrica aonde essas tarefas se inscrevem, a retribuição do Sr. Vereador, durante 14 meses, ultrapassava a exígua verba que lhe está orçamentada de € 36.500,00 para a juventude.

Esta a minha primeira resposta para esclarecer o Sr. Eng. Rodrigues Marques, ilustre deputado desta assembleia.

A segunda é para dizer que a avaliação técnica destes documentos foi a primeira coisa que eu fiz, louvando os Serviços desta Câmara pela apreciação técnica, mas nós, meus caros Senhores e Senhoras, somos políticos, e a política discute-se na Assembleia Municipal, em primeira mão.

Eu até posso estar inteiramente de acordo com as obras que o Executivo, neste momento, orçamentou e tem nas Grandes Opções do Plano, mas eu sou político da oposição nesta Assembleia Municipal, e por uma questão de coerência, tenho de fazer uma apreciação política dos documentos, não de um modo cego, mas apresentando as razões que me levam a votar num sentido diferente da maioria.

Todos nós, que já levamos muitos anos desta política, sabemos exactamente que, nunca depois do 25 de Abril, as oposições votaram favoravelmente os Planos de Actividade e Orçamentos das maiorias.”

António Carrasqueira, que usou da palavra para dizer o que se segue:

“Eu só vou falar um pouco nas palavras do meu conterrâneo, digníssimo Deputado desta Assembleia, Dr. Armindo Carolino, e corroboro em parte com o que ele disse, aliás, ele até me está a ajudar quando fala no Saneamento porque, efectivamente, a minha Freguesia tem sido pouco contemplada com o Saneamento, mas ele sabe, até porque é natural de Abiul e esteve no Executivo Camarário antes do mandato do Sr. Eng.º Narciso Mota, o estado em que estavam as estradas, os caminhos da vasta Freguesia de Abiul, com os cento e tais lugarejos, espalhados por toda aquela dimensão, e sabe que as pessoas tinham de deixar o carro na estrada 237, ultimamente já não, mas aconteceu com ele, tinha de se deslocar da 237 a pé, por aqueles caminhos e valados, e sabe o quanto aquilo era difícil.

Quando, em 2006, deflagraram os fogos que devoraram aquelas florestas, aqueles pinhais, aqueles matos, e eu com o Sr. Presidente da Câmara, actual, andávamos às 2 horas da manhã no Alto da Lameirinha, que ele bem conhece porque passava lá a pé, e olhávamos para as Serras de Ansião, para o Pinhal, para Penela, para todo aquele largo horizonte e aquilo tinha um aspecto dantesco. Os madeireiros, os proprietários, queriam tirar as madeiras, queriam ir aos pinhais, aos matos e não podiam ir porque nem sequer um tractor passava e os burros já não existiam.

Então lançou-se mão à obra e foram abertos, desbravados por aquelas montanhas, por aqueles cabeços, por aqueles terrenos, muitos quilómetros de caminhos florestais que, não obstante alguns estarem um bocado deteriorados, os carros e os camiões da madeira vão lá e tiram a madeira. Outro problema eram os bombeiros que não passavam dos acessos principais e diziam para deixar arder que os carros não iam lá, ainda hoje nos defrontamos, em alguns casos, com esses aspectos.

Na questão do asfaltamento, o Senhor também sabe, quantos poucos quilómetros de alcatrão havia, era assim, e não estou a condená-lo por isso, mas era assim.

Apostámos fortemente e apostou este Executivo Camarário do Eng. Narciso Mota, nos alcatroamentos e na abertura de caminhos florestais, com o apoio incontestável da Junta de Freguesia, de noite e de dia, quer com máquinas de engenharia militar que ajudei a trazer para cá quer com máquinas alugadas ou com máquinas da Câmara, era um vai e vem de máquinas a abrir e a arranjar caminhos e a ter que enfrentar aquelas pessoas que não queriam que mexessem na terra deles e chegamos a este ponto, é a obra para uma Freguesia e, hoje, não há casa nenhuma que não tenha o caminho alcatroado, ou pelo menos que vá com o carro à porta.

Apostou-se fortemente naquilo, como se apostou também na água e sendo assim, mas na altura as pessoas pediam-me insistentemente e batiam-me à porta fosse à hora que fosse a pedir alcatrão, a estrada aberta ou o caminho aberto. Apostámos fortemente nisso, penso que foi uma das melhores políticas e o saneamento já está previsto e virá depois.

Ainda hoje as pessoas não pedem insistentemente o saneamento embora seja necessário, e sabemos que está aqui previsto o saneamento, pedem e continuam a pedir alcatroamentos que ainda faltam

Eu sei que vou ter algum saneamento nos Ramalhais, neste mandato, não será no próximo ano porque temos outras obras prioritárias, mas tê-lo-ei certamente nos dois ou três últimos anos de mandato.

Efectivamente hoje, na Mata da Fontainha, em que há uma casa ali, outra casa acolá, e 8 ou 9 quilómetros de estradas, se alguém que viveu naqueles lugares voltasse cá agora, ficava doido com os alcatroamentos que ali há.

Isso é uma realidade incontestável e por isso tenho de dar os parabéns ao Executivo Camarário que apostou assim e felicito-o por isso. Penso que foi a melhor opção.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu às interpelações que lhe foram dirigidas, da seguinte forma:

“Senhor Deputado Dr. Armindo Carolino, nós, no próximo ano, temos concursada a Estrada Atlântica, que é um investimento superior a 2.5 milhões de euros, com ciclovias e com seguimento da outra estrada que já há em quatro Concelhos do Distrito de Leiria, isso é que nos leva a depreender que vamos gastar mais na Rede Viária que no Saneamento.

Para os quatro anos, temos aqui uma verba proposta de 34 milhões de euros para o Saneamento e temos uma verba proposta para a rede viária de 28 milhões, portanto, a aposta é no Saneamento e nas ETAR's, embora o próximo ano esteja a evidenciar mais rede viária por causa da Estrada Atlântica, da estrada entre a Guia e Grou, do acesso ao Nó da Auto-Estrada, na Guia, que não tem um acesso directo à 109, e da variante que passa pelo Parque Industrial da Guia.

Em relação ao Pelouro da Juventude, dizer que nós temos só 36 mil euros, nós temos de saber que o Pelouro da Juventude tem outras actividades transversais a esta mesma actividade, tem, por exemplo, a cultura, o desporto a educação e o ambiente, que têm a ver também com o interesse da juventude, começando pela educação onde estamos a apostar.

Temos aqui, na página 15 das Grandes Opções do Plano, a perspectiva da construção de uma Pousada da Juventude, com um orçamento previsto de um milhão e duzentos e cinquenta mil, na nossa Quinta de Sant'Ana, temos lá terreno para ela, já ficámos classificados em segundo lugar, mas depois houve uma censura na prioridade a nível do Ministério e os técnicos entenderam que seria primeiro para Tavira e Pombal ficou pelo caminho. Temos também, prevista, uma Casa da Juventude para a nossa Cidade com um orçamento previsto de um milhão trezentos e vinte cinco mil euros.

Em relação ao Plano Director Municipal.

O primeiro plano andou 14 anos em execução. Eram 20 entidades que estavam de volta da mesma mesa e todos eles a dificultar. Presentemente são um bocadinho menos mas nós estamos-nos a desvincular do compromisso que temos com a PROGITAP, há 10 anos, para a revisão. Os técnicos fundamentalistas não aceitam as sugestões das Juntas de Freguesia nem da Câmara para determinados lugares centenários que estão na Reserva Ecológica, decretados em 1996 no Terreiro do Paço e é essa classificação que nos limita a permitir lá construções e até a reparar essas casas, mas nós não podemos fomentar a desertificação.

Vamos criar uma equipa pluridisciplinar para que, de facto, os Planos de Pormenor, os Planos de Urbanização, e são muitos os que estão adjudicados, uns já em conclusão, mas aqueles novos que temos necessidade, em termos de ordenamento, de elaborar, que sejam elaborados por esta equipa pluridisciplinar.

Quando há autarcas que querem autonomia na educação, na saúde, em termos sociais, etc., eu acho que a maior autonomia, devidamente fiscalizada pela Assembleia, etc., com transparência, ainda não tive problemas nenhuns com nenhuma urbanização desde que cá estou e são várias, não houve ali infracção, os legítimos proprietários venderam-nas já com projectos aprovados, posso citar aqui a das cegonhas, a das Oliveiras, a do Cabaz Florido, e outras, não tivemos problemas nenhuns com essas urbanizações, todas elas cederam terrenos, ainda hoje estamos a doar terrenos de outras urbanizações que já tínhamos quando chegámos aqui, quer para os Cuidados Continuados, quer para a Associação de Doentes de Alzheimer, etc.

Podíamos ter outra, que é a urbanização do Casarelo e que, infelizmente, foi logo cortada à nascença, mas espero que haja bom senso de a fazer, era um hotel, um edifício multiusos, um pequeno shopping, a Avenida que eles faziam desde a Rotunda dos Bombeiros até lá e depois a

Câmara seguia com ela até à via circular que está prevista a sul da Cidade e que interligava o lugar dos Vicentes, Cumieira, etc., por essa estrada que urge fazer, passando junto ao Pinhal da Rola, que é a Avenida que urge fazer e que deve ser construída, tal como a outra avenida a circular a sul da Cidade.

Portanto, nós estamos a querer reduzir e atenuar o tempo da elaboração dos Planos de Pormenor com uma equipa multidisciplinar que vai ser criada, já estamos a fazer contactos.

Em relação à constituição do Conselho Municipal da Juventude, infelizmente, Senhor jovem deputado, a Associação Nacional de Municípios recomendou-nos não criar o Conselho Municipal da Juventude porque tirava autonomia ao poder local.

Segundo a análise criteriosa da Associação Nacional de Municípios, onde estão todas as facções políticas, o Conselho Municipal da Juventude, levaria a que a Câmara, para fazer qualquer obra, tivesse que ter o parecer do desse Conselho.

Eu penso que esses estatutos têm de ser alterados, o Conselho Municipal da Juventude é necessário, e agora cada vez mais, até pelos problemas que a juventude atravessa não só a nível de emprego, mas a nível de cultura, a nível de hábitos, etc., mas a Associação Nacional de Municípios recomendou isso a todos os Municípios de Portugal, incluindo o nosso.”

Tiago Galvão, pediu a palavra para solicitar o seguinte esclarecimento:

“Esclareça-me então, Senhor Presidente, pelas palavras que proferiu aqui, sendo que a juventude é também a educação, é também o desporto, se calhar o Pelouro da Juventude estaria melhor entregue ao Vereador que defende esses dois Pelouros, se calhar, funcionaria melhor.

Querida que me esclarecesse se acha que os Conselhos Municipais da Juventude seriam um entrave ao executivo? “

O Senhor Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que respondeu como se segue:

“Tenho uma equipa muito jovem, o desporto e a educação estão entregues a um Vereador, e temos o Vereador mais jovem que tem o Pelouro do Pessoal e o Pelouro da Juventude e que tem capacidade para se interligar ao Pelouro da Educação e do Desporto, até porque está muito próximo do seu gabinete, para otimizar tudo aquilo que diz respeito à juventude e que urge tratar e planear fazer-se.

Os pelouros não são estáticos, são dinâmicos, em qualquer altura um Vereador pode mostrar-se disponível para outro Pelouro e com capacidades para tal, e eu analisarei isso, porque isso é da competência do Presidente da Câmara e não do Deputado Municipal.

A ANMP, através da circular nº 113/2009, recomenda aos Municípios protelar no tempo a criação dos Conselhos Municipais de Juventude.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com nove votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.4 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2010/2013.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou este ponto a discussão, tendo-se inscrito os Senhores: **Pedro Santos**, que fez a intervenção abaixo:

“Estas Grandes Opções do Plano para 2010, é o primeiro ano do último mandato do Eng.º Narciso Mota como Presidente da Câmara e aponta o caminho que será seguido nos próximos 4 anos. Neste sentido o seu conteúdo é constrangedor, na medida em que mais uma vez o Saneamento Básico não merece o investimento adequado às reais necessidades do concelho - 3,5 milhões de euros.

Temos de dar um novo impulso às obras do Saneamento Básico, aproveitando o ciclo de fundos comunitários, não é admissível que a resposta a essa necessidade básica se arraste e se transfira para as gerações seguintes.

Entendo que esta questão das prioridades é um bocado subjectiva, e como tal não posso deixar de mostrar o meu agrado pela construção do pavilhão gimnodesportivo do Louriçal.

Na minha opinião peca por tardia a sua construção, já que na Freguesia do Louriçal há uma associação que tem cerca de 100 atletas federados e que, nos últimos 10 anos, tem andado a treinar em diversos pavilhões do Concelho, nomeadamente, na Redinha, Silveirinha Grande e no Pavilhão Particular do Instituto D. João V.

Com todo o respeito pela Freguesia da Redinha, acredito que também sejam necessários efectuar investimentos nessa freguesia, mas não será estranho fazer um pavilhão gimnodesportivo numa freguesia onde a prática desportiva federada se limita apenas a uma equipa de seniores, que é a Associação Cultural e Recreativa de Anços? Desde já aproveito para louvar os excelentes resultados obtidos. Porém esta é a única equipa da freguesia que faz os seus jogos no pavilhão, jogando também a equipa do Pacense na Redinha e que é da Freguesia de Almagreira e as já referidas equipas da Associação do Louriçal.

Realce, também, para o facto de, na Freguesia do Louriçal, existir uma equipa nos Antões que joga também na Silveirinha Grande porque não tem um espaço.

Deixo aqui este reparo para que o Executivo faça uma análise mais detalhada, por Freguesia, do que são realmente os investimentos prioritários.

Deixo também uma questão. Para quando um Pólo Escolar na segunda maior Freguesia do Concelho de Pombal? “

Leovigildo Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu juro que não pretendia hoje intervir mais vez nenhuma, mas vou ter de o fazer, depois de ouvir esta intervenção deste Senhor Deputado.

Não há duvida nenhuma que, e reportando-me às palavras do Sr. Eng. Rodrigues Marques, a política é cega e nós, por vezes, temos de ter cuidado com o que dizemos e principalmente com o que não temos conhecimento aprofundado, e permita-me que lhe diga que o gimnodesportivo da Associação da Silveirinha Grande e Claras é o exemplo daquilo que devia ser feito no Concelho de Pombal.

Aquele gimnodesportivo, ponho em dúvidas ainda hoje, o Senhor Presidente poderá esclarecer melhor, mas não sei se o Município de Pombal lá investiu 25%.

Este é o exemplo que devia existir no concelho de Pombal, digo-lhe com franqueza que o Senhor quando refere, identifica entidades, deve primeiro aprofundar o seu conhecimento, porque o gimnodesportivo da Silveirinha Grande e Claras, foi construído quase na totalidade com o esforço da população local.

Por outro lado, deixe-me também que diga, dou os sinceros parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela coragem que tem em apresentar um Plano como o que está aqui exposto.

É que não podemos apenas defender o que está ali, temos outras obras para as quais o Município de Pombal vai ser arrastado por incompetência do Governo do Partido Socialista, e permita-me que lhe diga o seguinte:

O Partido Socialista ter feito campanha a nível dos investimentos de acção social é nada mais nada menos que demagogia política pura. E eu digo-lhe porquê!

É verdade que o Centro Social do Carriço apresentou um projecto para o Lar de Terceira Idade, a resposta que vem é no sentido de inviabilizar o apoio comunitário porque já existem 8 lares no Concelho de Pombal, então onde é que está a razoabilidade da componente social, quando desses 8 apenas 3 são comparticipados pela Segurança Social?

Onde é que está a razoabilidade deste tipo de governo?

É ou não é chutar a responsabilidade para a Câmara?

Se o Centro Social não tiver capacidade para construir o lar, quem é que vai pagar?

Sejamos honestos, sejamos íntegros, não há dúvida nenhuma que eu também gostava de ter a Freguesia do Carriço a 100% de Saneamento, e não era para falar nisto, mas tenho a certeza absoluta que o Senhor Presidente da Câmara, faria o saneamento no Concelho todo de Pombal se eventualmente o Estado Português, o Governo Português do Partido Socialista, tivesse o mesmo tratamento para Pombal como tem para outros Concelhos da simpatia política do Governo.”

Carlos Cardoso, cuja intervenção se transcreve:

“É de lamentar que as pessoas utilizem esta digníssima sala para falar daquilo que não sabem, é uma tristeza, e não é com esta política que o PS obtém os seus resultados. O Senhor Deputado falou daquilo que não sabe, é pena não ter perguntado, porque a Freguesia da Redinha tem duas equipas, uma de formação, que são os juvenis, e outro sénior. Tem os alunos do enriquecimento curricular a fazer educação física naquele pavilhão e tem um estabelecimento de ensino, que é o colégio Cidade Roda, que também o utiliza, portanto, não é tão pouca gente como parece.

A política da Câmara também não é a que o Senhor pensa, porque a política da Câmara é dotar de ginnodesportivos as Freguesias com estabelecimentos de Ensino Secundário, que é o caso da Freguesia da Redinha

O pavilhão é para servir a Freguesia onde está instalado e também as Freguesias vizinhas. Portanto, o pavilhão não é da Freguesia é do Município e é para servir todos os municípios do Concelho de Pombal e não especificamente os da Freguesia da Redinha.

Se o Senhor tivesse pedido esse esclarecimento não vinha para aqui fazer comparações que não são justas.”

Rodrigues Marques, que usou da palavra para dizer o que se segue:

“É bom que os membros desta Assembleia Municipal fiquem conscientes que aquilo que, em termos de pavilhões foi construído, ou está a ser construído no Concelho, foi baseado em critérios. E o critério primeiro foi aquele onde havia estabelecimentos, como o Carlos Cardoso disse.

O problema do Louriçal ter ficado para último, neste critério, é que o Instituto D. João V já tinha um pavilhão para os seus próprios alunos, agora, está em concurso público por uma questão de critérios, mas se calhar era bom ler a informação que chegou, e não por uma questão de A, B ou C, ou haver equipas aqui, ou haver equipas acolá, portanto o Presidente Carlos Cardoso disse rigorosamente aquilo que aconteceu, que foram critérios que foram definidos.

Agora se o Senhor deputado não concorda com eles, agora é tarde porque isso aconteceu há 4 anos atrás.”

Edite Olaio, que usou da palavra da seguinte forma:

“E queria sobretudo dizer que - e esta minha intervenção tem como base uma resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Carriço - não tem ouvido as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal nestes últimos tempos, e sabe porquê, Senhor Presidente?

Eu tenho estado com ele em algumas inaugurações, em alguns eventos sociais neste Concelho, e a palavra do Senhor Presidente da Câmara é que, neste momento, temos uma rede social muito boa e isso não se deve só à Câmara Municipal, deve-se ao Governo deste país. Foram investidos milhares de euros, mas o Senhor, com certeza, não vai querer que o Governo dê tudo para o Concelho de Pombal e não dê nada aos outros Concelhos.

Se se lembrar, também para Vermoil, Carnide e Vila Cã, não lhe posso dizer, neste momento a totalidade, mas foram milhares e milhares de euros que o Governo deu.

Obviamente que não podem ser todos contemplados, a seu tempo serão, mas não concordo minimamente com as palavras que o Senhor proferiu.

E quando falou no Centro Social do Carriço, eu fico perplexa, porque de facto têm sido ajudados, e é bom que se saiba que, mensalmente, os utentes de todas as instituições, quer deste Concelho, quer deste País, são ajudados pelo Governo, e, portanto, as suas palavras deixaram-me, de alguma forma, perplexa.”

Leovigildo Fernandes, cuja intervenção se segue:

“É para lhe dizer o seguinte Dra. Edite, nós temos de olhar para todos de forma igual, permita-me que lhe pergunte quanto é que o Estado Português investiu no edifício do Centro Social do Carriço, quanto é que tem investido nas outras instituições?

A Senhora conhece. Em 240 mil contos de investimento, o Governo Português, a Segurança Social, investiu lá 20 mil contos.

Posso-lhe dizer que o investimento para o Lar de Terceira Idade, neste momento, só está pendurado pela comparticipação dos Quadros Comunitários, porque o restante dinheiro está todo garantido.

O governo português vai olhar primeiro para outras simpatias, onde se calhar não há a totalidade do investimento para o edifício, e nós garantimos o investimento, está lá, preto no branco.

Deixe que lhe diga também, a componente social da Freguesia do Carriço não está a ser paga na totalidade, como noutras situações, pela Segurança Social. Não tem a comparticipação de todos os utentes e por isso mesmo é que o Centro Social do Carriço está a atravessar uma fase extremamente grave, financeiramente.”

Edite Olaio, que fez a seguinte intervenção:

“É só para acrescentar que, efectivamente, no Concelho de Pombal foram só investidos, ou estão a ser investidos, nada mais nada menos que 2 milhões de euros pelo Governo, e posso-lhe dizer que há instituições, se calhar, neste Concelho nas quais há dirigentes que, se calhar, até são conotados com o Partido Socialista, mas também não foram contemplados com o PARES, não foram contempladas com o POPH, etc., portanto essa sua afirmação de que há aqui cores políticas e de que, enfim, não há investimento por isso mesmo, não é verdade e quero que fique aqui bem claro.”

Presidente da Câmara

“Com a preocupação de não ferir susceptibilidades, mas por imperativo daquilo que é uma marca de experiência política, durante 16 anos, eu queria deixar aqui uma recomendação.

Eu tenho muita amizade, respeito consideração e por muitos Socialistas de Portugal, tal como tenho pelos comunistas e pelos sociais-democratas, mas aqueles que o são na sua essência, que têm sentido democrático.

Infelizmente, e digo isto com grande mágoa, aquilo que tem vindo a lume em termos de contributo para o desenvolvimento do nosso Concelho, em termos de oposição – e eu gostava de ter aqui um membro do Partido Comunista, do CDS, etc., - não abona nada em defesa da clarificação e do aperfeiçoamento desta democracia, porque, ao ouvir um jovem que conheci a trabalhar para a Junta de Freguesia, que sabe muito bem, como Secretário da Junta ou Tesoureiro, aquilo que foi feito, a todos os níveis, nos últimos 16 anos, na segunda Freguesia do Concelho, que é o Louriçal, Desde o Centro de Dia e Centro Social, da qualificação urbana da Vila do Louriçal, que foi feita já conosco cá e tem de ser continuada, desde os 50km de asfalto na Freguesia, da ETAR que está construída, desde as instalações da EPAC., porque não havia sede para o Rancho Folclórico, não havia sede para a Filarmónica, não havia sede para os Escuteiros.

Agora, para viabilizar o gimnodesportivo, andamos meses a convencer um indivíduo que vive em Lisboa, herdeiro de um terreno, para comprar lá cerca de 5.000 metros de terreno, por mais de € 100.000,00, para construir o gimnodesportivo, mas havia lá um gimnodesportivo a funcionar e a apoiar a associação, e nós pagamos, todos os meses, ao Sr. Presidente da Associação para ele pagar ao Instituto D. João V a sua utilização.

Depois sabe que nós perspectivamos os gimnodesportivos onde há estabelecimentos de ensino, Albergaria dos Doze, Redinha, Meirinhas e Louriçal.

Há um estabelecimento de ensino na Guia e há lá muitos atletas, queremos construir lá um gimnodesportivo para servir três freguesias.

Estamos a dar apoio à construção do Lar, sem sequer o Centro Social e o Ministério da Solidariedade e do Trabalho estarem em sintonia, que é um lar para a terceira idade, que serve três freguesias, que vai ficar na freguesia da Ilha.

Nós temos um terreno com mais de 4.000 metros de frente, temos cá deficientes e necessitamos de um Lar para deficientes, temos terreno e pagamos aquilo que a candidatura não aprovar, 40 ou 50%, o terreno valia milhares de contos

Não tínhamos Lares na Guia, nem na Ilha, nem na Mata Mourisca, nem no Carriço, nem no Louriçal, nem em Albergaria dos Doze, nem em Vermoil, nem nas Meirinhas, tínhamos em Pombal, em Santiago e em S, Simão, tínhamos na Redinha, a funcionar em condições precárias. Abiul não tinha, e foi por iniciativa privada de uma fundação e também apoiámos com aquilo que era possível. A Pelariga esteve para ter a candidatura pelo Ministério, € 150.000,00 investidos na estrutura, agora veio a candidatura, tarde e a más horas, e ainda temos de dar mais, ainda há pouco demos € 50.000,00 ou € 60.000,00 para os arranjos urbanísticos. Agora há mais de 20 no concelho.

Socialmente estamos a apoiar na Cumieira e também já aprovámos €150.000,00, demos terreno à Santa Casa da Misericórdia para construção de um Centro de Dia, aqui, na Cidade de Pombal, demos terreno para a Associação de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer, na Freguesia de Pombal, demos 5.700 metros de terreno para a Unidade de Cuidados Continuados.

Eu pergunto se a nossa Câmara não tem rasgo social e se o Estado não anda a reboque daquilo que são as iniciativas do Pelouro Social da nossa Câmara e daquilo que os pombalenses querem que se faça?

Meu caro jovem, deixa de ser sectário, não tenhas inveja por haver um gimnodesportivo na freguesia da Redinha nem faças comparações. Há pessoas no Louriçal que dizem: “Não façam lá gimnodesportivo nenhum, porque há lá uma piscina, há lá um gimnodesportivo que serve para toda a Freguesia”, mas nós planeámos isso e fizemos um pavilhão, não ficamos hipnotizados por aquilo que nos dizem.

Quando eu vejo três políticos deste concelho a escrever que a valorização do Casarelo era um atentado urbanístico que afectava o Castelo, esses indivíduos deviam ser responsabilizados, porque o Castelo ficava com mais zona verde, e tiraram o embrião do investimento que criava 700 postos de trabalho, um hotel de 300 lugares, só havia uma coisa que não estava aprovada por informação prévia, era uma estação de serviço ou um posto de abastecimento, isso não autorizávamos.

Andamos há 10 anos para desafectar da Reserva Ecológica 100.000 m2 de terreno que comprámos por 170 mil contos, mas que país é este? Gostaria que os políticos de todos os partidos, fossem em concludentes e influentes para aquilo ser desafectado para valorizar a nossa cidade, não como os “politiqueiros”, perdoem-me o termo, mas, se calhar, se lhe tirarmos a política não conseguem sobreviver, fazem baixa política, desprestigiam as instituições e desligam-se do nosso dever cívico em prol de uma democracia que deve estar em sintonia com o interesse de todos.

É com isto que fico doente e triste. Não estou zangado, estou triste comigo próprio e interiormente sinto que isto não está bem. Cada vez fico mais desiludido.”

José Neves, cuja intervenção se segue:

“È a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia e é com muito prazer que o faço, não era para o fazer já, nas acabei de ouvir, da parte do Sr. Presidente da Câmara, palavras dirigidas ao meu colega, membro desta Assembleia, Pedro Santos, que realmente não me agradaram. O Pedro Santos é um jovem que eu conheço há pouco tempo, mas é um jovem cheio de valor, e não é pelo facto de anteriormente ter estado na Junta de Freguesia do Louriçal que deixa de ter mérito.

De qualquer modo queria dizer que tenho muita dificuldade em entrar neste debate político porque os objectivos que me movem não são objectivos políticos, são objectivos, nomeadamente da minha Freguesia.

Eu não tenho nada contra o desenvolvimento integrado de todo o Concelho de Pombal, mas estou aqui como representante da minha Freguesia e é pela minha Freguesia que eu devo lutar, no exercício do meu mandato como Presidente da Junta e como membro desta Assembleia.

Aquilo que é a minha manifestação votar contra ou a favor de determinados pontos eu terei os meus motivos, no entanto, tenho a manifestar ao Sr. Presidente da Câmara que não tenho nada contra, pura e simplesmente, porque estou a iniciar o meu mandato, é a primeira vez que exerço este mandato de Presidente de Junta, não estou aqui na qualidade de julgador, não quero fazer esse juízo.

Espero que estejamos aqui todos, nos próximos 4 anos, para trabalhar em prol do desenvolvimento integrado do nosso Concelho.”

Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com nove votos contra da Bancada do Partido Socialista.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.5 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para o Ano Económico de 2010.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que apresentou a proposta colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão inscreveu-se:

Dr. Carolino, cuja intervenção se transcreve:

“Senhor Presidente da Câmara queria pedir-lhe um esclarecimento que consta do documento anexo ao mapa de pessoal para o ano de 2010.

Quando se diz que se pretende dinamizar o recurso a procedimentos de mobilidade interna, gostaria de saber que conceito está abrangido nesta mobilidade interna. Apenas e só dentro dos 410 trabalhadores que fazem parte dos lugares ocupados ou se os lugares não ocupados, que são 235, estão, digamos, a jogar com essa mobilidade interna?

Gostaria de entender estes dois números e o conceito.”

Nesta altura o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu como se segue:

“A mobilidade interna diz respeito aos 410 trabalhadores efectivos da Câmara

Tínhamos a progressão da carreira cativa, por imposição legal, desde 2005 ou 2006, agora estamos a ver se remediamos algumas situações. Temos 18 divisões criadas, temos 5 Departamentos e a mobilidade interna é para os trabalhadores evoluírem na carreira e chegarem ao topo, não na mesma secção, no mesmo serviço, mas especializando-se em várias áreas e enriquecerem os conhecimentos, no âmbito da administração pública.

Temos pessoas no atendimento que já estiveram em outros serviços, que são melhores funcionários no atendimento que dominam todos os assuntos da Câmara. Uns são polivalentes, não são nenhuma enciclopédia mas têm conhecimentos mais abrangentes em todos os serviços da Câmara, outros são mais limitados, estão aqui há pouco tempo e nós queremos puxar por eles.”

Colocada a proposta da Câmara sobre Rectificação ao Mapa de Pessoal para o ano de 2010 a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta.

Ponto 2.6 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre aumento de capital social da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Ld.^a.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que deu as explicações que entendeu colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

Colocado este ponto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

Fernando Carolino, cuja intervenção se segue:

“Cabe-me a mim, em nome da bancada do Partido Socialista, abordar o tema – ‘Aumento de Capital Social da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Ld.’. Nesse sentido, a minha intervenção terá duas leituras possíveis mas de todo se podem dissociar estas minhas considerações. A leitura do princípio de proposta e a leitura política adjacente à mesma.

Quanto ao princípio de proposta, o Partido Socialista de Pombal já, há cerca de um ano a esta parte, com base nas contas apresentadas da PombalProf e na valorização da Escola Profissional, havia proposto, neste local e vinculado a sua opinião, no reforço dos capitais próprios da PombalProf, de forma a retirar a Sociedade, em questão, de uma anunciada situação de falência técnica. Acrescia, na nossa proposta, o desde logo não enjeitar também a possibilidade de a própria Câmara Municipal, parceira maioritária, ficar como detentora na totalidade desse Capital Social a subscrever. Ora agora, uma vez mais, se veio a constatar que a nossa proposta da altura não era em vão nem descabida de razão e com o tempo confirmou-se a necessidade da tomada de decisão agora apresentada pelo executivo a esta Assembleia.

Consideramos que vale mais tarde do que nunca e se um erro detectado for corrigido, este deixa de o ser para se tornar uma solução, coloco aqui, um único reparo e que se +prende com o tempo necessário que demorou este executivo a ter objectivamente a clarividência de algo que já tinha sido por nós anunciado e apresentado sob forma de proposta.

Assim sendo, a bancada do Partido Socialista de Pombal considera a proposta, apresentada agora, como necessária e como tal, votarão a favor da mesma. Contudo, entendemos que esta decisão já podia e devia ter sido tomada há mais tempo por parte do executivo.

Quanto ao sentido tido como politicamente discutível:

Parece-me que mesmo que em reunião de Câmara, o se ter anunciado a ponderação – verbo bem querido actualmente do PSD – para que o Município passe a ser o único detentor do Capital Social da PombalProf, uma vez mais constatamos que se deixa passar o momento tido como certo para de uma vez por todas se colocar um verdadeiro sentido à forma de obrigar a sociedade PombalProf.

Se no passado e à data da constituição desta valência educativa, social e económica, a presença da Associação Comercial e Serviços de Pombal, bem como a da Associação dos Industriais do Concelho de Pombal, era tida como uma mais valia no incremento desta unidade de desenvolvimento para o nosso Concelho, com o tempo o que se vislumbra é um esvaziar desse protagonismo eclético e o aumento de um assaz protagonismo individualizado que sinceramente e honestamente é bem mais do que 0,5% do capital social agora detido por cada uma das Associações aí representadas.

Assim, como foi explicado em reunião de Câmara, relativamente a este tema, tal aumento de capital social será para fazer ‘...face à dimensão e à complexidade da PombalProf, devido ao crescimento nos últimos anos ...(...)... urgindo um reforço do capital social de forma a fazer face a toda uma série de responsabilidades.’.

Justificando desta forma este aumento de capital social, temos que anteriormente na mesma informação que nos é prestada, a justificação para o não acompanhar neste aumento de responsabilidade por parte das outras duas detentoras do capital social é, ‘...as restantes entidades detentoras do capital, não pretendem ver ampliada a sua participação...’.

Primeiro estranha-se, depois entranha-se.

Assim sendo, das duas uma, ou estamos perante uma generosa colher de chá dada pela parceira maioritária, a Câmara Municipal de Pombal ou temos algo mais nesta proposta que o povo na sua

sábria e provectora sabedoria adita, desde logo, como ‘...gato escondido com o rabo de fora...’.
Daqui surgem questões naturais.

- *Afinal, de que vale para as associações em causa e representadas nesta sociedade, a sua presença se o seu valor real é de 1% e não pretendem ampliar a sua participação?*
- *Como é que se justifica a sua continuada presença quando são as próprias associações a justificar que não pretendem ver ampliada a sua participação, logo também o partilhar de responsabilidades e obrigações?*
- *Em que é que ficamos?*
- *Serve quem e para quê a presença das associações nesta sociedade?*
- *Para encabeçar propostas que manifestamente o executivo camarário não tem ousadia de as subscrever?*

Enfim respostas que vão ficar, mais uma vez, no limbo do esquecimento tal qual muitas daquelas que aqui se tem procurado mas que lamentavelmente não se acham.

O tempo o dirá se daqui a um ano civil não estaremos a sancionar uma outra proposta e onde – finalmente com mais um ano de atraso – o executivo camarário assume de uma vez por todas a detenção da totalidade do Capital Social da PombalProf.’’

Rodrigues Marques, que usou da palavra como se segue:

‘‘Dr. Fernando Carolino, estranho muito que da tua boca saia algo como falência técnica da ETAP. Eu sei que gostas da ETAP, tens a ETAP no sangue e penso que fica mal dizer isso.

Já não fica tão mal ao Dr. Adelino Mendes referir isso na reunião de Câmara.

Há aqui uma situação que é a parte do tangível e do intangível, quer dizer, a PombalProf não tem tangível, como sabem, agora, vocês não atingem a parte intangível, só vêm os edifícios e mais nada e isso é o que acontece nas contas.

A discussão que se colocou era se efectivamente a Câmara passasse para a PombalProf, que não é exclusivamente da Câmara, o edifício, já ficava nas suas contas com um tangível que iria melhorar todos os rácios.

Se os Senhores não entendem aquilo que é o intangível, eu não tenho culpa, façam favor estudem ou façam qualquer coisa para que entendam.

Relativamente à não participação das associações é muito simples, não temos dinheiro, não temos € 9.500,00 para entrar em paridade, mas estamos disponíveis para continuar como parceiros no conceito em que acreditamos, à nossa medida.

A nossa parceria é porque uma coisa é a escola aparecer como uma única entidade perante, digamos, o Estado e outra é aparecer com a parceria das duas Associações.

Não consigo perceber porque é que o pensamento colectivo do Partido Socialista de Pombal é desconfiar de tudo e de todos e falar de colher de chá. Não há colher de chá nenhuma.

Eu sou uma pessoa honesta, dou a cara frontalmente mas não permito que ninguém diga que eu sou desonesto e que vou receber uma colher de chá.

Vamos ter tento na língua, vamos não ser desconfiados.’’

Fernando Carolino, que pediu a palavra para defesa da honra, como se segue:

‘‘Pedi a palavra por sentir que a minha dignidade foi ofendida e não poder admitir que o meu bom nome seja enxovalhado.

Gostaria que o Senhor Eng.º Rodrigues Marques pedisse desculpa pela sua intervenção.’’

Rodrigues Marques, que pediu a palavra para dizer o seguinte:

‘‘Quem, deveria pedir a palavra para defesa da honra era eu, porque estou a dar a cara por uma das associações e eu sou honrado e eu quero saber onde é que está a colher de chá, mas quero sabê-lo de pessoas credíveis e não de pessoas que estão sectariamente escondidas e que desconfiam de tudo e de todos.’’

Fernando Carolino, que pediu a palavra para intervir como se segue:

‘‘Senhor Eng.º Rodrigues Marques, o Senhor sabe o que é uma figura de estilo. Se entendeu que a colher de chá o está a ferir na sua honestidade, meu caro Senhor, há uma coisa que vai ter que

perceber, não foi isso que eu disse e uma figura de estilo na escrita portuguesa serve para muita coisa, além disso o Senhor aqui não está a representar nenhuma associação, foi eleito nas listas do PSD para Presidente de Junta de Freguesia de Albergaria dos Doze, é essa a sua obrigação, defender os seus fregueses, não é defender a associação.’’

Colocada a proposta da Câmara sobre o aumento de capital social da PombalProf – Sociedade de Educação e Ensino Profissional, Ld.^a a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ponto 2.7 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Contracção de empréstimo bancário para investimento, no montante de € 5.000.000,00.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que deu as explicações que entendeu colocando-se ao dispor dos membros da Assembleia para qualquer esclarecimento.

De seguida, colocou este ponto a discussão não se verificando qualquer inscrição.

Colocada a proposta da Câmara sobre Contracção de empréstimo bancário para investimento, no montante de € 5.000.000,00 a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.

Esgotados os assuntos da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao cidadão **Alcides da Silva Simões**, que colocou as seguintes questões:

“Aqueles caminhos no parque eólico têm cancelas, e eu gostaria de saber se, antes de serem melhorados, eram privados ou públicos?

Agora, depois de melhorados, também gostaria de saber se são públicos ou privados.

Senhor Presidente, no tocante ao sector baldios, a sentença está em vigor e veio para ficar, que eu saiba esses terrenos são da Associação de Compartes e o réu, Município de Pombal, é como se não o reconhecesse.

Ora, Sr. Presidente da Câmara, os baldios enquadram-se no sub sector social do estado e como tal tem fins sociais, pelo que, naturalmente, e podemos ser contemplados com os subsídios que a Câmara generosamente atribuiu às Associações com esses fins, porque essas associações têm de ser ajudadas têm de ser acarinhadas, como o Senhor diz.

Passamos ao sector cooperativo, Sr. Presidente da Câmara, os baldios enquadram-se também no sector cooperativo, e este concelho perdeu milhões de euros de dinheiros comunitários a fundo perdido por falta de visão dos Eleitos Locais, e não são recuperáveis, o que traduz uma gestão autárquica deveras lamentável.

Para finalizar, e estou a ler a sentença: “Encontra-se o réu que decaiu totalmente na acção.” O réu é o Município de Pombal, Senhor Presidente da Câmara, isto é um problema não é? Os oportunistas éramos nós.”

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que respondeu o seguinte:

“É evidente que aquilo está vedado, foi alienado.

O Senhor Alcides está aqui a mostrar um trunfo de glória, que é o de o Município de Pombal ser réu. Se o Município de Pombal foi réu, foram todos os munícipes de Pombal, porque só há

município porque há munícipes e todos nós estamos a ser prejudicados, em termos da legislação que temos, caduca, ultrapassada e estática, desde tempos imemoriais.

Eu faço aqui um desafio ao nosso amigo Alcides.

Quando se reformar, diligencie, se a sua Associação tiver o estatuto de IPSS, porque se nós podermos dar subsídios para que ela reponha a pastorícia a funcionar na Serra da Sicó e nesses terrenos, para que reponha, em termos de cultivo, as centenas ou milhares de oliveiras que nós vemos desde o Barrocal até Pousadas Vedras, abandonadas há dezenas de anos.

E se for IPSS, provavelmente, quer o rendimento de um Parque Eólico que foi prejudicado por fundamentalismos ambientais, por haver lá ninhos de morcegos, deixando de produzir 50 MHz, para produzir só 20 MHz, tendo, inclusive, de ser adquirido algum terreno privado.

Houve alguém que desconfiou da transparência desse negócio, já fui à Judiciária, já fui ao Tribunal Administrativo e foi tudo arquivado, porque há transparência nesta Câmara e não houve nenhum técnico que fosse tendencioso a fazer a adjudicação, porque havia uma diferença entre as propostas.

Eu só espero que haja um Ministério do Ambiente que tenha em conta o interesse nacional e económico do país, e que venha ver, que os morcegos podem viver em cativeiro, e que podemos lá construir mais 10 torres eólicas para que se produza lá a energia que inicialmente estava prevista, que beneficia o Município em 5 Freguesias.

A Câmara tem uma percentagem mínima e gastou dinheiro em projectos de medição do vento.

A associação Nacional de Municípios pediu-nos a contratação que fizemos, porque havia Câmaras que recebiam tudo adiantado e só recebiam depois 1,5% da facturação, nós recebemos muito mais, não hipotecámos o futuro nem as Câmaras que vierem a seguir a esta, que está agora constituída

Que eu saiba, como filho de um agricultor, os baldios nunca tiveram vocação para licenciar empreendimentos industriais.

Não queira ser o autor e o mentor de autorizar um Parque Eólico aqui, no Concelho de Pombal, porque quem tem capacidade legal para o licenciar, é a Câmara, é o Município.”

Você diz que queria dinheiro e também subsídios para lá, pois se criar uma associação para limpar todos os terrenos baldios, cuidar das oliveiras, pôr lá pastorícia, como antigamente os munícipes precisavam disso para sobreviver, nós damos-lhe todo o apoio, cada caso é um caso ainda há pastorícia, ainda há baldios que são co-proprietários, muitos vivem desses baldios a nível nacional que são explorados, agora nos nossos baldios, está tudo abandonado porque ninguém amanhã os terrenos.

O Senhor também, tem a sua profissão, tem o seu emprego, também nunca o vi nesses baldios a guardar ovelhas nem cabras, nem a podar oliveiras, nem a apanhar azeitona.

O Senhor diz que deixámos perder milhões, li no jornal que foram devolvidos á precedência, a Bruxelas, 80 milhões de euros, por não termos contrapartida financeira para entrarmos com a participação financeira Nacional, se esse dinheiro devolvemos cá ficasse, nem que fosse para comprar tractores, movimentava a nossa economia, Portugal ficava mais rico.

Eu estou convencido, e era bom que eu me enganasse, que daqui a dez, quinze, ou vinte anos, comemos fruta de todo o tipo, todo o ano, antigamente, comíamos em épocas sazonais mas éramos auto-suficientes em termos alimentares. Agora estamos dependentes a 90% daquilo que comemos. Portanto eu penso que temos de recorrer qualquer dia ao sector primário que está depauperado, para termos trigo, milho, azeite, e darmos subsídios a quem produz.

Não devemos afastar o sector primário do secundário e do terciário, temos que crescer a nível do sector primário, da agricultura, a nível do comércio e da indústria, está tudo interligado, o que será do futuro deste País quando não tivermos estratégia para competir com os agricultores de Espanha, França, Alemanha, Itália e também com os países de África e América, porque importamos tudo.

É por isso eu faço este desafio. Crie essa associação para fins sociais, não para proveito de meia dúzia de mentores que se auto denominam donos dos baldios.

Aquele terreno é do Município. Eu entendo que os baldios foram muito úteis há 50, 60, 70, 100 anos atrás em que todas as pessoas, tratavam das suas oliveiras, apanhavam a sua azeitona, tinham as suas ovelhas, as suas cabras e agora não vejo lá nada, está tudo abandonado.

Agora analise se, de acordo com a Lei em vigor, não temos de manter a limpeza desses terrenos todos para eles de facto passarem a ser usufruídos?

Senhor Alcides, venha cá muitas vezes, gosto muito de o ouvir, você é um funcionário público, quando se reformar compre umas ovelhas, trate do baldio e nós damos-lhe apoio para fomentar o desenvolvimento da agricultura no Concelho.”

Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão eram vinte horas, tendo-se lavrado a presente acta, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os Membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: